

ROB

Crise na Petrobrás

1- Apurar Tôdas as Denúncias 2- Participação dos Trabalhadores na Escolha dos Diretores

nacionalismo democracia socialismo

NOVOS RUMOS

ANO V — Rio de Janeiro, 31 de janeiro a 6 de fevereiro de 1964 — N.º 258

MANIFESTO SELOU A UNIDADE NA LUTA COMUM

Congresso Dos Trabalhadores da América Latina Denuncia Imperialismo e Latifúndio

Com um comício de despedida de que participaram cerca de três mil pessoas — entre as quais centenas de candangos — foi encerrado, terça-feira, no pátio da sede do Sindicato dos Bancários, em Brasília, o Congresso da Unidade dos Trabalhadores da América Latina, que reuniu 331 representantes da classe operária de todos os países latino-americanos, além de outros, como do Canadá, França, Itália, China e União Soviética, que vieram na qualidade de "delegados fraternais".

Entre os oradores do comício — que ocorreu logo após a sessão oficial de encerramento do Congresso, no Hotel Nacional — estavam Domingos Barria, delegado panamenho; Leslie Rodriguez, cubano; Geraldo Campos, representante do Comando Sindical de Brasília; um representante do Comando Geral dos Trabalhadores; um representante da Federação Sindical Mundial, e o deputado federal sargento Antônio Garcia Filho.

Encerramento

Na sessão de encerramento, no Hotel Nacional, a que estiveram presentes, entre outros, os deputados Antônio Garcia Filho e Francisco Julião, e o ministro do Superior Tribunal do Trabalho, sr. Olímpio de Melo, a oração final do Congresso foi proferida pelo líder bancário de Minas Gerais, Armando Ziller, que, referindo-se à oposição que fizeram à realização do Congresso em Belo Horizonte alguns setores da sua população, afirmou:

— "Os mesmos cristãos que em Minas Gerais colocaram-se contra o Congresso de Unidade dos Trabalhadores da América Latina são aqueles que matariam novamente Tiradentes. Mas eles devem se lembrar de que os assassinos de Tiradentes assistiram à independência do Brasil, em cuja luta estavam integrados os verdadeiros católicos e até mesmo sacerdotes, o mesmo acontecendo agora na luta que o Brasil desenvolve por uma nova independência".

Na foto ao lado, aspecto da mesa que presidiu os trabalhos de abertura do Congresso.

Na 2.ª página, amplo serviço de Elio Parnigiani, nosso enviado especial a Brasília.



Apesar dos esforços que estão sendo feitos por todos aqueles que querem falsear a verdade, seja para negar a escandalosa negociata entreguista abortada, seja para golpear, aproveitando-se da situação, o monopólio estatal do petróleo, um fato se torna de evidência meridiana na crise da Petrobrás: foi graças à vigilância patriótica e à ação enérgica dos diretores nomeados com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores da empresa e de tôdas as forças nacionalistas que se impediu a consumação de um monstruoso golpe que, beneficiando a Standard Oil, iria ferir fundo os interesses nacionais. Esta é a lição que as distorções e falsidades da imprensa alugada não conseguem ocultar.

Por isso mesmo, as organizações sindicais dos trabalhadores da Petrobrás se sentem fortalecidas para continuar a exigir que lhes seja assegurado o direito, já reconhecido pelo presidente da República em compromissos anteriores, de participar da escolha dos três diretores da empresa. Abrir mão desse direito seria abandonar uma trincheira de luta em defesa do monopólio estatal do petróleo, seria ceder às forças da reação e do entreguismo, que manhosa e teimosamente persistem no seu criminoso intento de destruir uma das vigas mestras da nossa emancipação econômica. Exigindo sua participação na escolha dos três diretores da empresa, os trabalhadores do petróleo não advogam nenhum mesquinho interesse particularista, mas, muito ao contrário, cuidam de proteger uma conquista histórica de nosso povo.

Diante da situação surgida, os trabalhadores também revelam sua preocupação básica com os destinos da Petrobrás ao manifestar a exigência de que tôdas as denúncias sejam apuradas com o máximo rigor. Eles têm confiança na retidão dos diretores que mereceram o seu apoio. Sabem, porque acompanharam de perto sua atividade, que êsses diretores sempre se conduziram tendo em vista exclusivamente os interesses da Petrobrás. A apuração da verdade só poderá, assim, beneficiá-los e, em qualquer hipótese, beneficiará a Petrobrás. E este é o objetivo supremo. Mas, para que a verdade seja efetivamente apurada, é indispensável que se constitua uma comissão de inquérito idônea, de que participem representantes dos Sindicatos.

Ao defender essas soluções, os trabalhadores da Petrobrás fortaleceram sua unidade em todos os setores da empresa e em todo o País, mostrando-se dispostos a sustentar com firmeza as decisões dos seus Sindicatos. Desde que se abriu a crise, ao seu lado se colocaram as demais forças da frente única, revelando, nessa manifestação de identidade de pontos de vista, a justa compreensão de que estão em jogo os destinos da Petrobrás, vale dizer, de que se trata do problema do interesse da Nação. Esta convergência de esforços das forças patrióticas deve prosseguir, com redobrado afinco, numa ampla ação unitária capaz de assegurar a vitória, que será de todo o nosso povo.

Caravana da FMP no E. do Rio

A Frente de Mobilização Popular do Estado do Rio vai instalar, dia 31, em sessão no Sindicato, o seu Núcleo dos Operários Navais após uma passeata que sairá, comandada pelo Almirante Goiano, das Barcas e irá até à rua Benjamin Constant, 383, sede do sindicato. O deputado federal Leonel Brizola estará presente.

No dia 1.º, uma caravana da Frente estadual, integrada pelos deputados Bocatava Cunha, Adão Pereira Nunes, Denistocleides Batista, Neiva Moreira; pelo presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, sr. Gomes Maranhão, pelo presidente do IPASE, sr. Cláudio de Freitas; senador Vasconcelos Torres; deputados estaduais Aristoteles Miranda, Afonso Celso e Francisco Alves realizará um comício, às 17 horas, em Cabo Frio — e às 20 horas em Macaé.

Depois a caravana da Frente irá a Campos, no dia 2, onde, às 16 horas, na Estação Rodoviária, participará da sessão de posse da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Usina, de Campos.

Aspectos Particulares da Regulamentação da Remessa de Lucros

A regulamentação da lei de remessa de lucros, aprovada pelo Presidente da República — documento da mais alta importância — vem sendo analisada e interpretada pelos mais diversos setores da vida brasileira. Neste número, na 3.ª página, publicamos um trabalho de A. Bento, que, da mesma forma que aquele já publicado, de autoria do economista Aristóteles Moura, em nosso número passado, fornece elementos apreciáveis para uma justa apreciação da referida lei.

Violências Contra Imprensa no Rio e em São Paulo

Denunciamos neste número (nas páginas 3 e 5) violências cometidas contra a imprensa pelos governadores de São Paulo e da Guanabara. No caso paulista, assinala-se a invasão da sucursal deste jornal no município de São Bernardo, inclusive registrando-se a prisão do diretor de nossa sucursal naquele Estado. Na GB, divulgamos documentos em que se revela pressão de Lacerda sobre o Sindicato dos Jornalistas para que não sejam vendidas no Rio publicações democráticas.

Reatamento França-China Importante Contribuição Para Causa da Paz Mundial

O estabelecimento oficial de relações diplomáticas entre a República Popular da China e a França abre uma importante brecha na muralha levantada pelo imperialismo norte-americano em torno da grande nação do Oriente. Representa este ato uma importante contribuição para a causa da paz mundial, desde que cria possibilidades maiores para a China Popular ocupar nas organizações internacionais, notadamente na ONU, o lugar que legitimamente lhe pertence. Matéria na 4.ª página.

Semana de Minérios Aprova Documentos Para Ação Nacionalista

Manifestação de grande êxito popular e de profundo conteúdo nacionalista e patriótico, a "Semana Popular em Defesa do Minério", realizada em Belo Horizonte de 13 a 18 de janeiro, encerrou-se com a aprovação de três importantes documentos analisando a situação do minério brasileiro e encaminhando soluções para o aproveitamento dos recursos do subsolo no benefício do progresso e da emancipação do país. Reportagem na sétima página.

Congresso em Brasília Marca Unidade Dos Trabalhadores da América Latina

Do enviado especial, **Élio Parmigiani**

Vinte e sete milhões de trabalhadores latino-americanos da cidade e do campo uniram-se em Brasília, representados pelos 331 delegados que participaram dos quatro dias de discussões do CUTAL. Centenas de entidades sindicais de caráter nacional levaram para os salões do Hotel Nacional suas opiniões sobre os males que afetam todo o nosso Continente. Trataram um extenso plano de ação conjunta e retornaram a seus países com a firme determinação de unir mais e mais as massas trabalhadoras da América Latina contra os inimigos comuns do desenvolvimento continental — o imperialismo norte-americano e o latifúndio — causadores também de males comuns como a fome e o analfabetismo numa das mais ricas regiões do mundo.

O CUTAL (Congresso de Unidade dos Trabalhadores Latino-Americanos) forjou a ferramenta capaz de transformar a grande massa de despossuídos do Continente numa força decisiva para a libertação nacional de cada país. Esta ferramenta é a unidade dos trabalhadores. A representatividade do Congresso foi reconhecida por todas as forças patrióticas da América Latina, o que não impediu fosse elevada ampla campanha contra, sua realização, assim como serão postas em dúvida todas as suas resoluções, isso porque, agora mais do que nunca, os trabalhadores latino-americanos darão combate aos "terratenentes" desde o Rio Bravo até à Patagônia, intensificando a luta contra o imperialismo latino-americano. Em Chile, sempre foi um lema das oligarquias dos latifundiários e do imperialismo e seus agentes, mas o CUTAL decidiu concentrar suas forças contra a divisão, estimulando a unidade que leva a fim aos reinados que levam os estudantes panamenhos, os camponeses colombianos e os mineiros da Bolívia a morrer por conseguir os direitos inalienáveis da soberania nacional e da própria existência.

Problemas Comuns
As discussões do conclavo foram abertas em torno do Informe apresentado pelo Comitê Coordenador, quando os preparadores do Congresso que trabalharam durante seis anos para sua realização expuseram os resultados de suas consultas e de seus estudos. Fazendo um esboço da situação que atravessa o Continente, o relatório esclareceu que, apesar de se manifestarem na América Latina formas variadas de desenvolvimento nacional e de exploração das riquezas naturais, todos os países apresentam, com maior ou menor intensidade, os mesmos problemas. Assim, 130 milhões de latino-americanos vivem em chochunas, em batata e em alpin, continuando sendo — já há 400 anos — os alimentos básicos das grandes populações rurais, enquanto que, em 100 latino-americanos, 40 não sabem ler a palavra liberdade e escrever a palavra democracia.

O documento apresentado pelo Comitê Coordenador aborda ainda importantes aspectos do desenvolvimento social do continente, entravado pelo analfabetismo e pela política imposta pelo imperialismo segundo a qual nossos países só devem produzir matérias-primas — de ferro, petróleo, urânio, etc. Essa política levou o Continente a perder 7 bilhões de dólares somente com as variações bolsistas dos últimos anos, faz com que as indústrias nacionais não possam desenvolver-se em toda sua capacidade e cria, em consequência, uma grande massa de desempregados urbanos.

Dentro desse quadro de saque e exploração, os trabalhadores sentem também a ação desagregadora das forças divisionistas que, infiltradas no movimento sindical, procuram separar uma categoria de outra, um sindicato de outro e, finalmente, o operário dos camponeses. Entretanto, a cada dia vão diminuindo o número de dirigentes corruptíveis, ao mesmo tempo em que minguam os seguidores dos corruptos.

Inimigos Comuns
A divisão do movimento operário, a miséria e o frio aplicado ao desenvolvimento da América Latina são frutos de um só inimigo comum, formado pelos monopólios norte-americanos e pelos latifúndios alastrados por todos os países, desde a costa do Pacífico à do Atlântico.

E exatamente contra esse inimigo comum, como foi repetidamente afirmado no Congresso, que os trabalhadores estão unidos: são 27 milhões de latino-americanos integrados numa luta cuja vitória está historicamente garantida.

Uma vez encerrada a exposição geral sobre o Continente, o Comitê Coordenador passou a direção dos trabalhos para as mãos de uma direção coletiva, na qual Brasil estava representado pelo sr. Dante Pelacani, secretário-geral do CNTI; e assim fazendo, o Comitê Coordenador "deixava nas mãos dos congressistas a tarefa de converter este certame unitário na verdadeira ferramenta dos povos da América, para a sua total emancipação".

Fala o Continente
Nenhum país deixou de usar da palavra durante as discussões gerais, que se seguiram à saudação enviada pela Frete Sindical Mundial e lida pelo seu secretário, Luiz Padilla, na qual a FSM destacou a importância da América Latina para o avanço da força da paz e do progresso em todo o mundo.

México
Falando em nome da representação mexicana, o sr. Lino Medina leu a saudação enviada pelo secretário-geral da CETAL (Central de Trabalhadores da América Latina), sr. Vicente Toledo, que, encerrando sua mensagem com a afirmação: "já está concluída a missão histórica da CETAL", despediu-se da milícia sindical depois de 25 anos de atividades. A CETAL, criada em substituição a uma outra entidade que nunca conseguiu ter uma vida efetiva no movimento sindical, lançou as bases das federações de trabalhadores, acompanhando e dirigindo durante muitos anos, ainda que de uma maneira débil, a formação da vida sindical latino-americana. O ponto máximo de suas atividades, atingiu-o quando, durante a Segunda Guerra Mundial, participou ativamente do Comitê Anglo-Soviético, recolhendo a ajuda dos trabalhadores americanos para os soldados que enfrentavam o nazismo. Nessa época, a CETAL conseguiu unir de fato a grande maioria dos sindicatos do Continente contra o fascismo.

Paraguai
O delegado do Paraguai, que se clandestinamente pôde sair do seu país, historiou a condução do movimento de unidade sindical e popular que está mirando as bases da ditadura oligárquica e monopolista do general Stroessner. Relatando os últimos movimentos grevistas de seu país, o dirigente operário paraguaiense fez ver aos delegados que "é impossível sufocar a voz do povo, e que de nada adiantam as câmaras de tortura e as emboscadas noturnas, enquanto as ditaduras estão historicamente condenadas, ao passo que os trabalhadores pertencem o futuro".

Colômbia
Falando em nome da classe operária colombiana, o dirigente do Comitê Nacional de Ação, Unidade e Solidariedade Sindical, Gustavo Osorio, fez um breve relato da situação do seu país. Afirmou que são assassinados dois camponeses por dia na zona cafeeira entregue aos monopólios, que controlam mais de 50% das terras cultivadas da Colômbia.

Chile
Pela delegação chilena, usou da palavra o jovem dirigente Oscar Nuñez, que mostrou como "o imperialismo não esconde seu descepo quando os trabalhadores se unem para construir sua unidade". Em seguida, traçou um rápido esboço da situação interna de

seu país, onde o governo Alessandri desenvolve uma política de capitulação diante do imperialismo, isolando-se cada vez mais do povo.

Uruguai e Bolívia
Pela delegação uruguaia, o líder têxtil Juan Angel Toledo considerou o CUTAL como o mais importante acontecimento do movimento sindical latino-americano nos últimos tempos, e relatou os avanços conseguidos pela Central Sindical Uruguaia, afirmando: "a unidade do movimento operário será forte na medida em que surgir das bases, ouvindo-as e consultando-as".

O mineiro boliviano Pedro Garcia Flores expôs ao Congresso o que foram aqueles dias de luta nas minas de seu país contra as decisões arbitrárias do governo de Victor Paz Estensoro.

Argentina e Cuba
Pela Argentina, o trabalhador na construção e conhecido dirigente sindical Rubens Iscarro reafirmou a necessidade de que se venha a forjar uma efetiva unidade a partir da realização do CUTAL, para que uma vez unida, a classe operária latino-americana possa dar cada vez passos mais largos.

Além de outros países que também usaram o tempo regulamentar para mostrar à classe operária da América Latina a situação interna de seus países, mantendo sempre a constante de que é necessário unir, para vencer, usou da palavra o dirigente dos trabalhadores do fumo em Cuba e secretário-geral da Central de Trabalhadores Cubanos, Lázaro Peña. Em no-

me do único país socialista do continente, declarou: "em Cuba, os monopólios não possuem nem uma polegada de terra". Cuba, que antes da revolução tinha meio milhão de desempregados no campo, agora, com a reforma agrária, sente a falta de braços para o cultivo". Prosseguindo, referiu-se aos vários setores em que a estrutura socialista modificou a situação de tal forma que, onde não havia lugares, como nas universidades, hoje há excesso de vagas. Quanto ao movimento operário, o sr. Lázaro Peña declarou que triste é o fim dos dirigentes sindicais que não pensam em si, mas no sistema capitalista que está a margem dos seus ideais de emancipação da classe operária, que ignoram a verdade histórica-científica de que essa emancipação virá inexoravelmente. Prosseguindo, o líder cubano afirmou: "As revoluções não se exportam. O governo cubano não pretende isso, porque não está composto de aventureiros nem de imbecis". Encerrando seu discurso de cerca de uma hora, o sr. Lázaro Peña agradeceu a hospitalidade de que lhe é proporcionada pelos trabalhadores brasileiros, lembrando que Cuba "deseja viver em paz, normalizar suas relações com os Estados Unidos em bases iguais, ao mesmo tempo em que está disposto a defender seu próprio destino até o último cubano, homem ou mulher".



Bancada de imprensa diz quem participa

Prosseguindo no relato das experiências dos trabalhadores e camponeses brasileiros, o orador evidenciou a importância da conquista do 13.º salário para os trabalhadores e, posteriormente, para os pensionistas e aposentados.

A respeito das greves dos trabalhadores brasileiros em defesa de suas reivindicações, Pacheco fez especial referência aos movimentos de São Paulo, quando 700 000 operários cruzaram os braços, e de Pernambuco, quando 200 000 trabalhadores rurais conquistaram suas reivindicações depois de três dias de greve. Referindo-se a 1954, fez alusão ao movimento dos previdenciários do DCT e do Arsenal de Marinha pela conquista do 13.º mês de salário.

Por outro lado, situou entre as vitórias do movimento operário a assinatura da lei de remessa de lucros, do monopólio estatal da importação de petróleo e a suspensão da compra das concessionárias de serviços públicos por preço exorbitante.

Em seguida, argumentou que a existência de dirigentes corruptos não é o principal obstáculo à unidade, mas sim a falta de um amplo trabalho nas bases em torno de suas reivindicações econômicas, políticas, sociais e de interesse nacional que se opõem ao imperialismo e ajudam a libertar o Brasil.

A unidade de ação permitiu a redução de dirigentes sindicais honestos, mas equivocados e o isolamento dos falsos dirigentes, que são superados quando tentam opor-se ao movimento reivindicatório.

Encerrando seu discurso, o sr. Osvaldo Pacheco ressaltou que a unidade em cada país deve levar em conta a própria realidade nacional, e que a unidade continental não pode ser feita apenas em homenagem aos nossos desejos e aspirações. O dirigente brasileiro apresentou uma lista de seis pontos cuja aplicação levará à vitória a luta antimperialista e contra o latifúndio, mantendo unida e fortalecendo a classe operária:

— Luta pela reforma agrária;
— Desmascaramento da Aliança para o Progresso e das outras formas de infiltração do imperialismo;
— Luta pela regulamentação

ção da remessa dos lucros de firmas estrangeiras;
— Encampação das concessionárias de serviços públicos ou nacionalização e confisco;
— Defesa de uma política externa independente;
— Desmascaramento da OEA;
— Luta pelo restabelecimento ou fortalecimento das relações com Cuba;

— Solidariedade à luta do povo panamenho;
— Relações diplomáticas e comerciais com a China Popular;
— Valorização dos produtos básicos dos países subdesenvolvidos através da participação na Conferência Internacional do Comércio, em março, em Genebra, apesar da oposição das potências capitalistas.

Em certo momento de seu discurso, Osvaldo Pacheco alertou os camponeses que se deixam levar por palavras de ordem radical e menosprezam o importante papel que desempenha a luta pelas reais reivindicações econômicas, sociais e políticas das massas trabalhadoras e de todo o povo.

A intervenção do delegado brasileiro, estrondosamente aplaudida, foi resultado de uma reunião de vários dirigentes da CNTI e representantes do CGT e do PUA que acompanharam o sr. Pacheco e os trabalhadores do Congresso.

Ficou ao encargo dos trabalhadores de Brasília rechaçar as tentativas de provocadores vindos de outros Estados, e para isto foram advertidos pelo comando sindical da Capital da República que, em nota oficial, repudiou as ações de grupos financiados pela reação, para tumultuar o Congresso, ameaçando-os com medidas "mais enérgicas". Os candangos que se encontravam na sala de reuniões para manter a ordem caso fosse necessário, foram saudados pelo sr. Dante Pelacani e aplaudidos de pé pelos congressistas.

Divididos em três comissões distintas, e participando também de vários encontros de categorias profissionais, os congressistas elaboraram várias teses que foram todas aprovadas pela unanimidade do plenário.

A resolução sobre a situação da América Latina denunciou toda a intervenção tentativa de intervenção por meio de planos econômicos "desinteressados", e levantou como pontos fundamentais para a luta dos trabalhadores a reforma agrária, a nacionalização

das empresas estrangeiras, nacionalização dos bancos, dos portos, das indústrias de produtos básicos e das concessionárias de serviços públicos, e também a planificação popular do desenvolvimento econômico e a liberdade de comércio com todos os países do mundo.

Por outro lado, os trabalhadores reunidos no CUTAL repudiaram o FMI, instrumento de dominação imperialista, e denunciaram a ALALC e o Mercado Comum Centro-Americano e o instrumento dos monopólios latinos. Num ponto que se referiu especificamente à Aliança para o Progresso, o CUTAL pôs em evidência o fato total de sua "ajuda" aos povos, por não passar de um bloco de dominação latente. Prosseguindo, a resolução afirmou que a Aliança é uma forma estridente de intervenção nos governos latino-americanos, e que seu fracasso é devido a seu conteúdo contra-revolucionário e que seus recursos não atingem o montante mínimo de que necessita a América Latina para desenvolver-se, ou seja, 6 bilhões de dólares.

Resolveu-se ainda adotar as gestões que são desenvolvidas em favor da paz mundial e da coexistência pacífica, e denunciou-se a corrida armamentista como uma das fontes de desemprego. Ainda a respeito da paz mundial, o CUTAL considerou as maquinarias imperialistas contra Cuba e o Vietnã como ações aventurais que devem ser repudiadas pelos amantes da paz, particularmente os trabalhadores.

Ainda constam das resoluções do Congresso o repúdio aos regimes ditatoriais instalados no Paraguai, Nicarágua, Equador, Guatemala, Honduras, Portugal e Espanha, com a exigência da imediata libertação dos presos políticos. O Congresso aprovou uma moção pedindo a libertação do pintor David Alfaro Siqueiros, encarcerado no México por participar das lutas operárias.

Solidários com o povo panamenho, os trabalhadores da América Latina exigiram a revogação do Tratado de 1903, e vão dirigir-se à ONU para que todas as nações do mundo tenham consciência das humilhações que o governo de Washington impõe aos panamenhos.

Foi aprovado também um plano de Ação Conjunta para o movimento reivindicatório exigindo o aumento de salários para os operários industriais, empregados e camponeses, por meio de um salário mínimo vital e móvel de acordo com a elevação do custo de vida. Exigiram também os trabalha-

dores que seja aplicado o princípio de salários iguais para trabalhos iguais sem distinção de sexo ou de raça, assim como o salário-família e o 13.º salário. Declaram ainda os trabalhadores desempenhar uma ação unida e conjunta contra o desemprego e a superexploração, e mover uma campanha pela implantação e aperfeiçoamento dos direitos profissionais e do seguro social, atendido aos familiares dos trabalhadores. Outro ponto abordado foi a plena liberdade de organização e o direito de greve para todos os trabalhadores, inclusive os no comércio e os funcionários públicos.

Finalmente, o Congresso de Unidade dos Trabalhadores da América Latina decidiu, por unanimidade, aprovar um documento com a assinatura de todos os chefes de delegação, para que uma vez restimada a necessidade de um organismo sindical latino-americano, fique declarado em funcionamento permanente o Congresso Sindical por a finalidade de facilitar a incorporação de novas organizações, fomentando assim a unidade sindical na luta pelo programa aprovado pelo CUTAL. Dessa forma, ficou decidida a instituição de um Conselho Sindical Permanente, integrado por representantes de todos os países latino-americanos acreditados pelas centrais ou pelos seus movimentos operários. Esse Conselho deverá extinguir-se dentro de um ano, quando será realizado um novo Congresso, que pode ser convocado extraordinariamente caso advenham acontecimentos imprevistos.

O Conselho, integrado pelo presidente ou pelo secretário-geral dos organismos centrais de todos os países da América Latina, reunirá-se a cada seis meses em local a ser fixado pelo Conselho. A direção permanente dos trabalhadores do Conselho será realizada por um secretário-geral com representantes do Brasil, Chile, Panamá, Cuba, Uruguai, Argentina, Venezuela, Bolívia. Esse secretário-geral, coordenará o trabalho até à primeira reunião do Conselho, a ser realizada em julho na cidade de Montevideo, quando os representantes de todas as centrais sindicais da América Latina, baseados nas decisões tomadas na histórica reunião de Brasília, contribuirão para estreitar ainda mais a unidade, dos trabalhadores da América Latina, que passam agora a ocupar o lugar que lhes cabe na vida do Continente.

Congresso de Unidade
Geraldo Rodrigues dos Santos

talecimento e a ampliação da grande frente patriótica que libertará o trabalhador brasileiro.

Não é por acaso que aqueles que procuram apresentar nosso Congresso como manifestação «comunista» são os mesmos que resistem às mudanças de estrutura que nossa Pátria exige. São os mesmos que falam em «mundo livre», e em defesa das «instituições democráticas» para que, envoltos na capa negra do anticomunismo, possam sufocar a classe operária. São os mesmos que esmagam as liberdades em diversos países da América Latina.

Mas os trabalhadores brasileiros souberam responder com atívos às provocações dos Amarel Neto, Athos Vieira de Andrade e Abel Rafael, e realizaram o Congresso na Capital da República, cercados do carinho dos candangos e do apoio dos parlamentares que defendem o trabalhador da tribuna da Câmara Federal.

Assim, as provocações levaram o Congresso ao Salão Vermelho do Hotel Nacional, dando uma demonstração irreversível da força que possuem aqueles que em nossa Pátria lutam pela instituição de um Governo Nacionalista e Democrático. Enfim, de um Governo que venha a efetuar as reformas de base.

Trata-se agora, diante das resoluções desse conclavo, que cada um de nós, cada trabalhador, cada dirigente sindical, leve a voz de seus companheiros de todo o Continente a cada empresa, a cada sindicato, a fim de dar a força popular necessária para, em termos a vitória e consolidarmos assim as condições para que num futuro Congresso se possa estruturar a base de um mais alto nível de unidade, um organismo capaz realmente de conduzir a classe operária da América Latina.

Assim, as provocações levaram o Congresso ao Salão Vermelho do Hotel Nacional, dando uma demonstração irreversível da força que possuem aqueles que em nossa Pátria lutam pela instituição de um Governo Nacionalista e Democrático. Enfim, de um Governo que venha a efetuar as reformas de base.

Trata-se agora, diante das resoluções desse conclavo, que cada um de nós, cada trabalhador, cada dirigente sindical, leve a voz de seus companheiros de todo o Continente a cada empresa, a cada sindicato, a fim de dar a força popular necessária para, em termos a vitória e consolidarmos assim as condições para que num futuro Congresso se possa estruturar a base de um mais alto nível de unidade, um organismo capaz realmente de conduzir a classe operária da América Latina.

do enviado especial, **Élio Parmigiani**

MAIS UMA DE (UH)

A seqüência lógica da crise agora denominada na Petrobrás está sendo, como se previa, a articulação de uma campanha de destruição da empresa. Por trás das acusações e impropriedades dirigidas aos dirigentes que gozam da confiança dos trabalhadores da empresa, é visível o objetivo básico dessa trama...

Muito tempo atrás um dos mais hábeis mentores do entrelugamento em nossa terra, o sr. Roberto Campos, já descobriu que a opinião pública brasileira não dá mais ouvidos a quem se pronuncie abertamente contra a Petrobrás. Inventou então a tese do "gigantismo" da empresa...

RECONHECER A CHINA

A recente decisão do governo francês, restabelecendo as relações diplomáticas com a República Popular da China, serve também para comprovar, mais uma vez, o que há de insensato e antinacional no fato de até hoje não existir o reconhecimento oficial da China pelo Brasil.

Não é necessário aqui repetir as razões que exigem esse reconhecimento. Afinal, qualquer pessoa simplesmente sensata não pode senão compreender que a existência de relações normais com um país da importância da China é uma contribuição à causa da paz...

Além do mais, os homens do Governo, a partir do presidente João Goulart, fazem reiteradas declarações de que nossa política exterior se orienta no sentido da paz e do desenvolvimento. Ainda há poucas semanas,

IMPOSSÍVEL ESPERAR

O presidente da CNTI afirmou, categoricamente, que os trabalhadores brasileiros não podem mais admitir proteções no que se refere à decretação dos novos níveis de salário mínimo. O assunto vem sendo retardado há vários meses, com declarações, promessas, estudos, etc. O que se faz mesmo é a decretação do novo salário.

EL POPULAR

No próximo dia 1.º de fevereiro, o jornal «El Popular», órgão do Partido Comunista do Uruguai, comemorará o seu sétimo aniversário de fundação.

Sob a direção de Henrique Rodriguez e Eduardo Vieira, «El Popular» lidera a luta dos trabalhadores uruguaios, desde aquela mais particular pelas reivindicações específicas até a mais geral pela emancipação do país do imperialismo e do latifúndio.

señerada pela imprensa alugada à Esso e pelos políticos oportunistas. Tampouco surpreende tal projeto na Câmara dos Deputados, já que esse ex-integralista, ex-socialista e atual candidato a líder de uma versão cabocla do fascismo se tem revelado de corpo inteiro como um raivoso reacionário.

Causa espécie, entretanto, que «Última Hora», através de sucessivos editoriais, se venha associando a «O Globo», ao «Jornal do Brasil» e a outros órgãos entreguistas, nessa tentativa de tirar proveito da crise atual para decompor e aniquilar a Petrobrás.

o ministro do Exterior dizia, pela imprensa, que somos contra os «omplimentos e as discriminações, em política externa».

Por que, então, essa discriminação contra a China? Não é à defesa da paz que ela corresponde, muito menos aos interesses nacionais do Brasil. A que interesses corresponde, então, senão aos dos incendiários de guerra de Washington, que «vetam» as relações com a China e têm a insolência de protestar contra o ato do governo francês?

É indissfarçável a contradição entre a palavra dos governantes e um fato concreto — antes de tudo, absurdo e pernicioso — como esse da inexistência de relações com a China Popular. Em poucas palavras, a verdade é a seguinte: não reconhecemos oficialmente a China por submissão a Washington.

Mas isso não pode ser admitido por nenhum patriota: não é a Washington, mas aos interesses nacionais e do povo, que o governo brasileiro tem de submeter-se.

para a elevação do custo de vida gira em torno de 20%. Como conciliar-se, então, que possa um trabalhador viver e sustentar sua família recebendo um salário rebaixado em proporções assim alucinantes? Que espera o Ministro do Trabalho? Que espera o Governo?

A advertência feita pelo presidente da CNTI revela o estado de espírito e a disposição de luta não só dos trabalhadores que percebem o mínimo (e são milhões por todo o País), mas de toda a classe operária brasileira. Não é mais possível esperar. O novo salário mínimo tem de sair já!

«El Popular» faz sentir sua influência em todas as atividades da sociedade uruguaia. Mantém suplementos regulares dedicados à literatura, às artes plásticas, ao teatro, à ciência, à música, ao futebol, etc., procurando orientar em cada um desses setores, e orientar bem.

NOVOS RUMOS se fará representar nas festividades de comemoração do aniversário do valoroso jornal dos comunistas uruguaios na pessoa do diretor de nossa Sucursal em São Paulo, o companheiro Joaquim Câmara Ferreira. Ele será o porta-voz das nossas fraternais saudações aos diretores, redatores, repórteres e a todos de cujo esforço e dedicação dependeram esses sete anos de «El Popular». Saudações, que, na oportunidade, estendem-se a todos os comunistas uruguaios.

«Royalties» pela exploração de patentes de invenção, ou uso de marcas de indústria e de comércio e, por assistência técnica, científica, administrativa ou semelhantes.

A Lei n.º 4131, de 3 de setembro de 1962, mais conhecida como «Lei de Remessa de Lucros» obrigou o registro dos capitais, remessas e reinvestimentos, em serviço especial de registro de capitais estrangeiros, qualquer que seja sua forma de ingresso no País, bem como de operações financeiras com o exterior.

Para que referido registro funcione em situação de fornecer, a qualquer momento, a posição das moedas em confronto, de ingressos no Brasil ou de remessas para o exterior, determinou a Lei que, no serviço a ser realizado na SUMOC, fossem registra-

- a) — os capitais estrangeiros que ingressarem no País, sob a forma de: I — investimentos diretos (capitais de risco); II — investimentos indiretos (empréstimos); III — moeda (negociável mediante contrato de câmbio); IV — bens (instrução n.º 113, da SUMOC — importações sem cobertura cambial); b) — as remessas de capitais para o exterior, sob a forma de:

- I — retornos de capitais; II — amortizações do principal de dívidas; c) — as remessas de rendimentos dos capitais estrangeiros, como: I — lucros; II — dividendos; III — juros; d) — as remessas de rendimentos de bens materiais, como sejam:

- I — os «royalties», pelo uso de patentes de invenção e de marcas de indústria e de comércio; II — os pagamentos pelo uso de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhantes; e) — os reinvestimentos de lucros dos capitais estrangeiros; f) — as alterações do valor monetário do capital das empresas, procedidas de acordo com a legislação em vigor.

No artigo 13 do Regulamento (redação constante

A. Bento

de o Correio da Manhã do 18 de janeiro corrente) ficou esclarecido que:

«A moeda de registro das operações previstas nas alíneas «a» e «b» do artigo 1.º deste Decreto será sempre a do país de origem do Capital Estrangeiro. A moeda de registro das operações previstas na alínea «f» do mesmo artigo será sempre a do país do domicílio ou sede dos beneficiários das remessas a título de «Royalties» e de pagamentos por assistência técnica, científica, administrativa ou semelhantes.»

As alíneas «a», «b» e «f» do artigo 1.º, citado, têm a seguinte redação:

- a) — os capitais estrangeiros sob a forma de investimentos; b) — os capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos; f) — os contratos que envolvam transferências a títulos de «royalties», e pagamentos por assistência técnica, científica, administrativa ou semelhantes.»

Causa espécie que o Regulamento haja destacado, entre todos os rendimentos sujeitos a registro, quando de sua remessa para o exterior, os originados dos contratos a que se refere a alínea «f», acima, para determinar, através do artigo 13, transcrito, que eles sejam registrados na moeda do país de domicílio ou sede dos beneficiários das remessas, quando, de acordo com o artigo 43 do Regulamento, tanto os «royalties» como as assistências deverão ser calculados, percentualmente, sobre o montante do custo do produto fabricado ou da receita bruta do produto fabricado e vendido, custo e receita esses em cruzeiros.

E os demais rendimentos, como serão registrados? Os lucros, os dividendos, as bonificações, etc.? Evidentemente em cruzeiros, pois a moeda variável, quando da conversão para remessa, será a estrangeira!

Admite-se e é desejável para fins estatísticos, de controle cambial ou de balanço de pagamentos, que os rendimentos referidos na alínea «f» e todos os demais rendimentos, sejam convertidos em moedas estrangeiras (no caso o dólar, para efeitos de unificação), mas é preciso que a SUMOC esclareça a situação particular dos «royalties» e das assistências, sob

pena de voltarmos aos contratos com obrigações em moedas fortes, no que diz respeito a essas duas itens.

Dispositivos cambiais — Operações simbólicas de compra e venda de câmbio.

Em princípios do ano de 1963, através do Gabinete Civil da Presidência da República, o sr. presidente baixou instruções às autoridades do câmbio, proibindo as recentes operações simbólicas de compra e venda de câmbio, por consistirem em lesivas ao imposto de renda.

A ideia ganhou terreno e os interessados, nesse novo tipo de fraude conseguiram incluir dispositivos no Regulamento da Lei de Remessa de Valores para o Exterior, consolidando suas vantagens, em detrimento do Erário.

Em que consistem tais operações simbólicas, de que nos dá notícia a regulamentação, através de seu artigo 51, abaixo:

«Artigo 51 — Os lançamentos contábeis que correspondam a cessões de crédito e envolvam operações registráveis na Superintendência da Moeda e do Crédito, dependem, para efeito de regularização, da realização de operação «simbólica» de compra e venda de câmbio, devidamente autorizada pela Superintendência da Moeda e do Crédito.»

A empresa A deve a B o saldo de empréstimo exterior de cem mil dólares (US\$100.000,00), escriturados em A no câmbio de Cr\$ 100,00 por dólar e representando um total em cruzeiros de 10 milhões. Como o lucro da empresa A, em 1963, seria da ordem de 50 milhões de cruzeiros, dando um imposto de renda de 25% igual a 14 milhões (não incluído o imposto sobre a remessa nem adicional), então as duas empresas acertam com a empresa C (do mesmo grupo e sediada no exterior) a transferência ou cessão do crédito para esta última empresa. A dívida de A continua a mesma, em dólares, mas o credor passa a ser C e não mais B. Essa cessão é registrada na SUMOC, através de operação simbólica, ocorrendo o pagamento de A (no Brasil) a B (no exterior) e o retorno da mesma importância, vinda de C para A. Então A descarcaga, como despesas, as diferenças de câmbio, sim-

bolicas, entre o câmbio comprador, por A de Cr\$ 620,00 e o vendedor, também por A de Cr\$ 600,00.

A operação simbólica dá a A o seguinte resultado: 1.º) — negativo — pagamento ao Banco do Brasil da diferença de Cr\$ 20,00 por dólar, entre o câmbio vendedor e o comprador, ou sejam Cr\$ 2.000.000,00;

2.º) — positivo — deduz como despesa a diferença de câmbio entre o valor original do empréstimo Cr\$ 100,00 por dólar e os Cr\$ 600,00 ou sejam Cr\$ 500,00 por dólar, dando no total Cr\$ 50.000.000,00, ganhando 25% sobre esta importância, ou sejam os 14 milhões de imposto que deveria pagar e não mais pagará. Na prática, o seu lucro se reduz a 12 milhões pois pagou 2 milhões ao Banco do Brasil, que orgulhosamente os escriturou na conta RESULTADOS DE CAMBIO. E a Nação perde 14 milhões, para que o nosso principal estabelecimento de crédito ganhe 2 milhões. Não é fantástico?

Apresentadas as cifras, dos exemplos, em tom modesto, gostaríamos que os leitores nos acompanhassem a cifras mais altas, bastando mencionar somente o saldo das dívidas de particulares, em 1962 (Revista das Classes Produtoras — novembro de 1962), no montante de US\$ 513.139.930,82, dólares esses que entraram no País desde 1940 até princípios de 1959. A diferença entre os valores do dólar, nesse período e o valor depois da instrução 204 dará bilhões, a serem subtraídos dos lucros, ocasionando sensível queda no imposto de renda de todas as empresas que tiveram empréstimos externos e resolverem aproveitar para, nominalmente, mudarem seus credores.

POLÍCIA DE ADEMAR

INVADE SUCURSAL DE NR

A polícia do sr. Ademar de Barros completou na noite de sábado último mais um atentado aos direitos constitucionais e à liberdade de imprensa, ao invadir a sucursal de NOVOS RUMOS em São Bernardo do Campo, no momento em que o jornalista Joaquim Câmara Ferreira pronunciava ali uma palestra, detendo e instaurando processo contra todos quantos ali se encontravam. A invasão se deu cerca de vinte horas e trinta minutos e alguns dos detidos permaneceram encarcerados até domingo à tarde.

Citamos exemplo do EXIMBANK, por não dispormos de dados de financiamentos concedidos por empresas particulares, bem maiores do que os acima apresentados.

É preciso não esquecer que o endividamento do Brasil, em 31-12-61, importava em US\$ 3.179 milhões, aí incluídos os financiamentos e empréstimos oficiais, mais ou menos da metade, ou sejam US\$ 1.600 milhões.

Para finalizar, julgamos ser interessante esclarecer que, até a regulamentação da Lei de Remessa de Valores, tais diferenças de câmbio, não realizadas efetivamente, pois os contratos estendem-se pelos próximos anos, não podiam constituir despesa das empresas. Quem as realizou, com esse caráter, ou pagou ou pagará grandes diferenças de imposto de renda, acrescidas de multas.

Agora, com o benefício oficial, é preciso que as autoridades da SUMOC justifiquem sua benevolência, em detrimento dos interesses do Tesouro Nacional, e em benefício exaltante de empresas estrangeiras ou a elas ligadas, como filiais, subsidiárias, controladas ou simplesmente afiliadas por nomes somente conhecidos no exterior.



Imprensa e Reformas de Base

A palestra do jornalista Joaquim Câmara Ferreira se destinava a abrir debate sobre o aproveitamento da imprensa na luta travada hoje pelos trabalhadores e por todo o povo pelas reformas de base. Mal havia ela sido iniciada, entretanto, quando um numeroso grupo de policiais, tendo a frente o delegado Roberto João Julião, invadiu a sala, dando voz de prisão aos presentes e passando imediatamente a arrebatar livros e folhetos que se encontravam sobre a mesa e nas estantes, bem como originais destinados à elaboração de notícias. Levados para a delegacia local, um outro policial, o delegado Omar Cassin, tentou amedrontar os detidos com gritos e ameaças, que serviram apenas para aguar o ódio de todos contra os que, daquela forma, violavam as liberdades constitucionais.

Razões

Nos telegramas e abaixo-assinados, deixasse bem claro que as autoridades policiais de São Bernardo do Campo procuram, com as arbitrariedades que cometem, dificultar a luta dos trabalhadores pelo aumento de salários (a revisão salarial de dez meses de milhares de metalúrgicos está na ordem do dia daquele município). Por outro lado, é evidente que as grandes empresas do imperialismo americano, que ali têm sede, procuram dificultar a batalha nacionalista pela aplicação efetiva da regulamentação da remessa de lucros. E mais: o fato de a polícia do sr. Ademar de Barros apelar para métodos tão flagrantemente ilegais dá bem a medida do desespero que impera nos círculos golpistas de São Paulo diante do crescimento das forças democráticas e nacionalistas.

Processo-farsa

Nem os próprios autores da violência de São Bernardo acreditam no êxito do processo farsa que começaram a montar. Mas, de seu lado os representantes de NOVOS RUMOS, bem como os dirigentes sindicais de São Bernardo do Campo e de todo o Estado, dispõem-se a tomar todas as medidas jurídicas necessárias e a realizar um intenso trabalho de mobilização popular, a fim de que as liberdades constitucionais voltem a ser respeitadas naquele município.

Protestos

Entre os detidos, além do jornalista Câmara Ferreira, encontrava-se o responsável pela Sucursal de São Bernardo do Campo, o dirigente metalúrgico Orisson Saraiva de Castro, os dirigentes sindicais Acísio Dalaverina, José Fernandes, Alcides Borsari, Juradir Gomes, bem como numerosos trabalhadores e populares. A repercussão, tanto em São Bernardo quanto



«Atividades Antidemocráticas» do Governador

Sinval Palmeira

A imprensa vem se ocupando de recente iniciativa do governo da Guanabara no sentido da restrição às liberdades públicas. Pretende-se criar um departamento de repressão às «atividades antidemocráticas», com vistas a impedir a livre discussão de ideias que o governo considera contrárias ao interesse do Estado. Embora haja negado o fato, foi o governo surpreendido em falsidade intencional, pois a imprensa publicou o próprio fac-símile do ato de nomeação do chefe do aludido serviço.

deral, em seu espírito e norma expressa. Mas o governador da Guanabara não dá nenhuma importância à Constituição da República, contra a qual tantas vezes já investiu, particularmente quando pretende suspender a por dois anos de uma ditadura a prazo fixo e quando se propôs a impedir a posse do presidente eleito.

Sómente nos regimes fascistas tão do fascínio do governador, como Portugal e Espanha, existe órgão inquisitorial. Santo Ofício Leigo, mas já sob a bênção do cardeal Câmara. S. Eminência declarou nos jornais que a «agitação» de ideias é mais perigosa do que a agitação de exércitos. Ora, isso não é o pensamento da Igreja; é uma concepção medieval que informou as Cruzadas e sobressaltou, propícios ao deflagrar de uma crise política de gravidade imprevisível. Contra essa grande conspiração as forças populares e trabalhadores, as forças armadas devem estar vigilantes e estão realmente. De nada valerá o aparelho fascista do governador dentro de um sistema político de garantias constitucionais.

Atividades antidemocráticas a merecerem corretivos são, fora de dúvida, as do governador e de seu grupo de extrema direita e para reprimi-las não é preciso nenhum departamento policial, mas sim todo o povo brasileiro desperto para defesa de suas conquistas políticas e sociais, gravemente ameaçadas. A intolerância é o maior

NOVA DE RUMO — paulo mette lima

«O Globo» de segunda-feira última publicou a seguinte carta: «Com referência à publicação da entrevista por mim concedida à imprensa, edição de 24-1-64, dela consta que o diretor Hugo Régis dos Reis teria sido por mim nomeado como um dos envolvidos nos fatos por mim denunciadas. Já que nenhuma afirmativa dessa natureza foi por mim feita, no curso da referida entrevista, agradeço a V. Sa. a necessária retificação, com o destaque correspondente ao que mereceu a divulgação anterior. (s) Albino Silva, presidente».

Albino Silva, presidente, é o general Albino Silva, pai do tenente Pimpão, ambos colocados em evidência a propósito de uma proposta de venda de óleo à Petrobrás pela Esso. A carta de Albino Silva, presidente, a Roberto Marinho, diretor-redator-chefe («O Globo»), é péssimamente redigida. Aquela repetição do por mim concedido, por mim nomeado, por mim denunciado, e por mim feita, evidentemente, está abaixo do nível do próprio Roberto Marinho, diretor-redator-chefe. Apesar da redação horrível, a carta de Albino presidente a Roberto Marinho dá a entender que Albino presidente desejava que Roberto Marinho publicasse a retificação a respeito do sr. Hugo Régis dos Reis com o mesmo destaque concedido à versão retificada, que continha afirmações mentirosas. Roberto, malandramente, não deu a retificação o destino pedido. Entretanto «O Globo» tomou a defesa do general Albino na crise provo-

cada pelo contrato que a Esso formulou, para fornecimento, à Petrobrás, de petróleo da Líbia e da Arábia. Por que teria «O Globo», notoriamente ligado à Esso, tomado a defesa do general Albino? Assumindo a defesa do general, Roberto portou-se como advogado do Diabo. Seu principal objetivo é defender a Esso. A defesa do general Albino segue a reboque.

«O Globo» assume, com outros jornais «sádios», a defesa do general Albino e investe contra os diretores da Petrobrás que denunciaram a proposta da Esso. Publica o vespertino que «círculos da Petrobrás asseguram» não ser verdade que Howard Auld tentara subornar um dos diretores da Petrobrás com 300 mil dólares, caso esse diretor desse parecer favorável à proposta apadrinhada pelo general Albino. Como podiam os «círculos da Petrobrás» testemunhar uma tentativa de suborno, coisa que não se faz em público?

NIKITA KRUSCHIOV e os problemas mais candentes da atualidade internacional. A coexistência pacífica, uma necessidade objetiva. Nova etapa no desenvolvimento da crise geral do capitalismo. A «democracia» imperialista. A benéfica influência do socialismo sobre a luta libertadora dos povos. O movimento comunista, a força mais influente de nosso tempo. A construção do comunismo na URSS. Estas e outras importantes questões são focalizadas com objetividade e clareza por Kruschiov na seguinte coletânea de 5 livros: 1.º) O imperialismo, inimigo dos povos, inimigo da paz — Cr\$ 200,00. 2.º) O movimento de libertação nacional — Cr\$ 200,00. 3.º) O movimento revolucionário operário e comunista — Cr\$ 200,00. 4.º) Impedir a guerra é a tarefa fundamental — Cr\$ 300,00. 5.º) Socialismo e Comunismo — Cr\$ 300,00. A coletânea completa — Cr\$ 1.000,00. A venda nas livrarias. Publicação da Editorial Vitória Limitada. Pedidos pelo Recembóio Postal — Caixa Postal, 165 — ZC-00 — Rio - GB. Aos reembolsistas do Centro, Norte e Nordeste, pedimos que façam seus pedidos p/ remessa via aérea.



EXTINTA A PARALISIA



Não foi assim a vida de um caso de poliomielite na República Democrática Alemã...

UM NOVO AEROPORTO

Está sendo construído nas proximidades de Moscou o maior aeroporto da União Soviética...

PARA A FRENTE

Em 1963 a produção industrial da Bulgária aumentou 15 vezes em comparação com o ano de 1959...

DESENVOLVIMENTO

O número de trabalhadores industriais húngaros aumentou de 1.600.000 no período de 1949 a 1963...

COMÉRCIO SOCIALISTA

Um acordo entre a República Democrática Alemã e a Bulgária sobre intercâmbio comercial durante o ano de 1964...

HORIZONTES CLAROS

Freqüentemente os cursos superiores na Romênia...

de que estudantes de 25 países frequentam seus cursos. O ensino é inteiramente gratuito...

CULTURA CHEGA A TODOS

Em 1962 foram publicados na Polónia 7.162 livros e brochuras...

Reconhecimento da China é Uma Contribuição à Paz

Uma declaração oficial publicada simultaneamente em Pequim e Paris, na última segunda-feira...

Rompe-se o Bloqueio

O rompimento de relações diplomáticas entre a França e a China...

EUA insistem

Apesar, dizem a vez da França, que o país não prova sua neutralidade...

Os imperialistas norte-americanos, porém, insistem em pôr os países ocidentais "livres"...

Na Europa, cresce em outros países o movimento de opinião a favor do imediato reconhecimento da China...

Declarações nesse sentido acabam de ser feitas pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina...

Contribuição Para a Paz

A que serve essa obstinação colonialista do governo norte-americano? Que pode resultar para a humanidade de uma política estúpida de isolamento e agressão contra um país como a China?

Na América Latina e na Ásia, os governos que ainda se mantinham submissos à monstruosa exigência do Departamento de Estado...



'O GLOBO' DE BONN

A cadeia praticada pelas tropas norte-americanas contra os panamenhos teve o mais ardoroso apoio do jornal 'Die Welt'...

SÓBRE INFILTRAÇÕES



Alguns senadores peruanos andam meio assustados com a infiltração comunista no país. O fato foi revelado numa reunião secreta...

No Comitê Sindical Internacional Contra os Monopólios

Palhano Analisa a Ação Imperialista no Brasil

Aluízio Palhano, presidente da CONTEC e vice-presidente do CGT...

Em seu relatório, assinala que a Conferência constituiu magnífico espetáculo unitário antimonopolista...

Decisões

Deliberou a Conferência como primeira tarefa do Comitê Sindical Mundial...

As principais atinas com que o imperialismo atua para conservar as condições de lucros e altas em que vive...

Empréstimos

Com base em dados da SUDOC, Palhano mostra que, de acordo com saldos devidos...

Informe de Palhano

Aluízio Palhano não chegou a tempo de expor oralmente o informe que preparara sobre a situação econômica do Brasil...

de base e pesadas, como a siderurgia e as indústrias mecânicas, inclusive a de fabricação de máquinas e outros equipamentos...

Lutas e Perspectivas

Finalizando seu Informe, Aluízio Palhano faz uma resenha das lutas travadas pelo povo brasileiro...

Comércio Exterior e Câmbio

A política brasileira de comércio exterior e câmbio é, em suas grandes linhas, a que convém aos países imperialistas...

'VIVEMOS uma época de momentos transformações nos destinos dos povos. A humanidade atravessa por um longo processo...

Em manifesto artigo no nº 11/63 de PPS, Jon George Maurer mostra a importância da unidade do movimento comunista mundial...

DUAS GRANDES OBRAS DE JOHN REED IO DIAS QUE ABALARAM O MUNDO O mais impressionante e fiel relato da Revolução Soviética...

A VERDADE AO ALCANCE DE TODOS COLEÇÃO 'REPORTAGEM' Do Centro Popular de Cultura da U.N.E. 1 - Como o Brasil Ajuda os E.U.A. - De Arnaldo Ramos...

MÉXICO REBELDE Faz-nos reviver, num estilo vibrante, fatos da Revolução Mexicana e homens como Pancho Vila e Francisco Madero...

TRIBUNAIS LUSOS Estão sendo julgados, pela 'Justiça' de Salazar dezenas de patriotas acusados de tentar a derrubada do governo de Lisboa...

O Velho Anibal

João das Neves

«Menos reconhecidos devemos ser aos que nos seguem do que aqueles que se afastam de nós de uma maneira ardente» (Cadernos de João, pág. 24).

«Não te empenhes na exclusividade do que descobres. Pertence a todos.

Na superfície das águas ou no azul do céu tuas iniciais não se gravam». (idem, página 105).

Em que jornal? em todos ou quase todos: Faleceu ontem o escritor Anibal Machado O extinto...

Fórmula gasta e mentirosa. Que importa a morte do escritor? Era maior? Era menor? Fácil verificar. Os livros que publicou estão à venda. Poucos, é verdade. Três ou quatro e mais o «João Ternura», tão conhecido por todos sem ter sido lido por ninguém ou, quando muito, lido em fragmentos e parcos, que o herói era como o autor, «sempre em preparativos», procurando sempre e enquanto não achava, adiando a sua aparição, sorrindo e se desculpando: «terminar da noite para o dia, não posso. Um dia acabo».

O escritor está ali. Basta esticar o braço para reencontrar-lhe as palavras, os poemas e as novelas — seu maior legado. Mas o velho Anibal, aquele admirável ser humano, a fala rápida, difícil de entender, os olhos cheios de malícia, a afabilidade, a alegria que procurava despertar nos rostos dos que aos domingos, por destinação ou simplesmente por acaso, amigos ou desco-

nhecidos, fossem ter à sua casa, cujas portas estavam abertas para todos: «Festinha boa, essa. Eu entrei aqui sem conhecer ninguém. Só sei que o dono da casa é um tal de velho Anibal».

«Não liga não. Eu também não conheço esse velho. Vai ver é um chato. Toma uma batinha? Não? Já tomou? Toma, toma está gostosa, forte hein, é de maracujá, está forte que só vendo. Mais está boa... João sempre chega com a madrugada... João fim de noite, hein João? o velho Anibal foi embora. E com ele morreram o seu entusiasmo pela vida, pelos homens, pelo homem em construção, a sua confiança nos jovens, o seu carinho pelo povo: «A viagem do poeta ao ponto mais alto é um vôo fácil para o ninho. Os trabalhadores vêm de baixo, rasgando na rocha...»; foi embora deixando muitas histórias para serem contadas. Que escritor, pintor, ator, quem poderá deixar de sorrir ao lembrar-se dele? Um pouco da sua ale-

gria nos ficou, do seu fino humor, da sua compreensão, da sua maneira de incentivar a todos que se lhe aproximavam, mostrando a grandeza de ser poeta:

«... Que o teu canto, poeta, lançado ao mundo, sirva de fermento a preparar-lhe a transformação e nunca de elemento a consolidar-lhe os erros...»; ou a grandeza de ser um homem entre os homens:

«Os que não acumulam E são os mais ricos Os que ignoram o espelho E são os mais belos Os que não choram e são tristes Os que não dançam e são alegres Os que são fortes e nem se lembram Os que mais parecem irmãos»

Das águas, bichos, árvores e pedras... Ficou também alguma coisa morta em cada um dos que o estimamos. Talvez um pouco da nossa capacidade de amor, um pouco do nosso ódio, ou ainda, um pouco da nossa vida mesmo.

Adeus velho Anibal. Velho ternura. O que mais lamento é não ter podido me despedir do Sr. Gostaria de dizer-lhe: — Não precisa se preocupar, Dr. Anibal. Se alguém perguntar pelo Sr. eu respondo. O velho Anibal? «Se aborrecu da vida, largou tudo de repente, apanhou a trouxa, e foi tocando devagarinho para Santa Maria, castelo de passarinhos...»



CTI ELEGU CONSELHO

Grande número de intelectuais — artistas, escritores, cientistas — compareceu à assembleia de constituição do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), na sexta-feira 24 do corrente, para estabelecer os Estatutos e o primeiro Conselho Deliberativo da entidade.

O ato, realizado no auditório do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi aberto com a leitura do relatório das atividades do CTI até aquela data. Em seguida, discutiram-se e aprovaram-se os seus Estatutos e elegeu-se o seu primeiro Conselho Deliberativo que, por voto unânime, ficou assim constituído: Alex Vianny (presidente); Alvaro Lima (secretário); Alvaro Vieira Pinto (professor); Antônio Teixeira Filho (radialista); Barbosa Lima Sobrinho (jornalista e escritor); Carlos Alberto Costa Pinto (jornalista); Carlos Lira (músico); Cavalcanti Proença (crítico literário e pesquisador); Di Cavalcanti (artista plástico); Dias Gomes (teatólogo); Domar Campos (economista); Edson Carneiro (folclorista);

Enio Silveira (editor); Ferreira Gullar (Cultura Popular); Geir Campos (poeta e colunista literário); Glaucio Rocha (atriz); Jorge Amado (romancista); José de Almeida Barreto (professor); José Leite Lopes (cientista); Mauro Lima e Silva (médico); Moneyr Félix (poeta); Nelson Werneck Sodré (sociólogo e historiador); Oscar Niemeyer (arquiteto); Osny Duarte Pereira (jornalista); Sílbia Viana (economista); Paulo Francis (crítico teatral e jornalista); Otávio Malta (jornalista).

Vê-se na foto a mesa que presidiu os trabalhos. Da esquerda para a direita: Di Cavalcanti, Oscar Niemeyer, Nelson Werneck Sodré, Moneyr Félix e Alvaro Vieira Pinto.

As velas, durante algum tempo, suprimiram a energia elétrica, que faltou devido ao racionamento, ou à Light. Contudo, não impediu que os intelectuais do CTI divisassem bem o seu caminho. Basta-lhes a consciência.

Sindicato Dos Jornaleiros: Posição Lacerdista

Novos fatos mostram a cada instante, que os atendidos ultimamente cometidos contra a liberdade de

imprensa na Guanabara nada têm de casuais ou isolados. Ao contrário, obedecem eles a um centro dire-

SINDICATO DOS DISTRIBUIDORES E VENDEDORES DE JORNALS E REVISTAS DO RIO DE JANEIRO

SEDE PRÓPRIA: RUA CAMERINO 128-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100

TELEFONAS 42-6736

CIRCULAR Nº 7/64

O SINDICATO DOS DISTRIBUIDORES E VENDEDORES DE JORNALS E REVISTAS DO RIO DE JANEIRO, TOMA PERILOSO PARA GOVERNAMENTO DE SEUS ASSOCIADOS O SEGUINTE:

1º) ESTE SINDICATO ASSUMIU COMPROMISSO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO DA GUANABARA, NO SENTIDO DE COLABORAR NAS MEDIDAS DE ZANBAMUNO E URBANIZAÇÃO, EVITANDO OS SENHORES ASSOCIADOS, EM SUAS BANCAS, COLOCAÇÃO DE CALÇADOS, TENDAS COMO AS CALÇADAS E SEM ASSIM OUTRAS MEDIDAS QUE VISAM A DAR AO LOCAL DE TRABALHO ABUETO DE RELAXAMENTO E RUÍDIA.

DE ALMA NAMBIA O SINDICATO COMPROMETE-SE QUE POLICIA DE SEUS ASSOCIADOS PIZARER SUAS BANCAS NA DON DE ALUMINIO APROVADA NA LEI 949, MOVIVO PORQUE PEDIDOS AOS SENHORES ASSOCIADOS QUAS BANCAS ALIAS NÃO PIZARER, PIZARER-NAS INMEDIATAMENTE.

DO MESMO MODO O SINDICATO LEMBRA AOS SENHORES ASSOCIADOS QUE QUAS SÃO ABUETO EM QUALQUER HIPOTESE VISAR REVISTAS CONCRETAS, NÃO DO POR SEM CONTRARIO A LEI, COMO POR SEM CONTRA A BOSSA TRADIÇÃO DE TRABALHO DECENTE E HONRADO.

2º) ESTE SINDICATO LEMBRA AOS SENHORES ASSOCIADOS QUE DEVEMOS OBRAR QUANTO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO EM DAS A CIDADIA UNIFORME DE LIMPRESA E ANIMAÇÃO, TENDO EM VISTA AS FERRAS QUE SE APROXIMAM DO NOSSO QUANTO CENZARALO.

RIO DE JANEIRO, 24 DE JANEIRO DE 1964

APP. STACONO BANUNIO-11 SIVERTARIO -

tor, que funciona precisamente no Palácio Guanabara, sob a orientação pessoal de Carlos Lacerda. Com o auxílio de Serviço de Atividades Antiterroristas — cujo decreto de criação foi reproduzido textualmente pelo Correio da Manhã — quer agora o governo da Guanabara "institucionalizar" a perseguição fascista aos órgãos de imprensa que defendem os interesses nacionais e a democracia.

O mais repulsivo, contudo, é que, recorrendo simultaneamente ao suborno e à ameaça, Lacerda está envolvendo em seu plano o próprio Sindicato dos Vendedores de Jornais. O secretário desse Sindicato distribuiu entre os associados da entidade uma circular vergonhosa, que reproduzimos em "face-símile" recomendando "evitar-se a venda de revistas consideradas subversivas", coisa que a opinião pública sabe muito bem o que significa. Naturalmente, os vendedores de bancas de jornais não podem concordar com tal discriminação típica em face fascista. Seguindo essa orientação, o Sindicato deixará de ser um órgão de defesa dos interesses de seus associados para transformar-se num apêndice dos serviços de repressão do apátrida Lacerda.

TÓNCOS TÍNCOS — Pedro Severino

Sobral Pinto Remoçado

Anunciaram alguns jornais que o sr. Sobral Pinto seria incumbido de organizar uma frente "de cúpula" para colaborar como esquete H. Pinto no golpe anti-Jango. Uma espécie de nova edição da Liga de Defesa da Legalidade, só que, desta vez, a Liga visaria promover a defesa da legalidade e do reacionarismo.

Ao mesmo tempo em que estaria sendo atribuída ao sr. Sobral Pinto esta missão de tamanha importância cívica, o "Diário de Notícias" cometeria uma "gaffe" tremenda: em sua edição de 5 de janeiro do corrente ano, aquele jornal publicava uma entrevista de Sobral Pinto sobre os acontecimentos da Faculdade de Filosofia e ilustrava a entrevista com a fotografia de um rapaz magrinho, apresentando pouco mais de vinte anos, apresentado como "o prof. Sobral Pinto".

Lider Estelionatoário

A "gaffe" do jornal, entretanto, não ficou nisso. Afinal, não seria desagradável para o antigo protagonista do caso Paulo Gomide ver-se de novo com vinte anos, na idade das grandes aventuras românticas (nem sempre mais amenas do que as grandes aventuras políticas).

O pior é que, na página 14 da edição do "Diário de Notícias" na entrevista saiu na página 11), foi publicada uma reportagem sobre vultoso desfalque verificado em certo Banco da Guanabara. E a reportagem vinha ilustrada com uma fotografia do moço acusado pelo desfalque.

Imaginem a surpresa dos leitores quando encontraram a fotografia — que era a fotografia do prof. Sobral Pinto — e sob ela a legenda indicando tratar-se do jovem estelionatoário!

Irritação & Protestos

Aborrecidíssimo com a troca de fotografias, Sobral Pinto telefonou para o "Diário de Notícias". Mandou chamar João Dantas, que não estava. Na impossibilidade de fazer o seu protesto diretamente ao João Dantas, falou ao redator de plantão, acusando-o de ter pretendido desmoralizar a sua ação cívica à testa da conspiração udenoide anti-Jango. E, depois de terríveis ameaças, desligou bruscamente o aparelho.

Mal o telefone acabara de ser desligado, tilintou novamente o redator de plantão atendeu. Era o moço do Banco, o estelionatoário. Quería registrar também o seu protesto pela confusão. Não admitia que o confundissem com Sobral Pinto...

Ademar, o Impagável

Pior do que Sobral Pinto, só mesmo o governador de São Paulo, Ademar de Barros.

Quando, recentemente, Ademar viu as coisas ficarem muito para Lacerda, o satrapa seu vizinho, durante a greve do gás, ficou apressivo. Pensou consigo mesmo: "se o Carlinhos cair, é mais fácil me derrubarem".

E teve a idéia de mandar tropa do 2º Exército, sediada em São Paulo, para a Guanabara.

Manobras Militares

Dirigiu-se, então, o governador de São Paulo aos dois comandantes dos exércitos sediados em São Paulo e no Rio de Janeiro, procurando sondá-los a respeito da operação.

Perguntou ao comandante do 2º Exército (de S. Paulo) se um destacamento podia se deslocar de São Paulo para o Rio, a fim de intervir na situação da Guanabara. O comandante sondado, sabendo que a troca não scitaria instruções fascistas e acabaria por se rebelar contra o comando que desse tais instruções, informou ao governador: "A tropa pode sair, mas não voltará".

Uma sondagem junto ao comandante do 1º Exército (da Guanabara) obteve como resposta a única informação compatível com os brios legalistas daquele comando: "A tropa pode vir, mas aqui não entrará".

E Ademar ficou mantido, irritado. Como é que pode? O comandante do 2º Exército diz que a tropa sai mas não volta. O comandante do 1º Exército diz que a tropa vem mas não chega a entrar. O que é que acontece com a tropa, então?

Conclusão Brilhante

Depois de meditar longamente, o sr. Ademar de Barros (que não está afeto a meditações e nunca praticou regularmente este esporte, nem mesmo quando era moço) sentiu-se muito cansado. Quis seria o misterioso destino da tropa que, saindo de São Paulo, jamais voltaria e nem chegaria ao Rio? Ficaria vagando pela estrada Rio-São Paulo?

E foi neste momento que Ademar percebeu tudo. Abriu um largo sorriso e concluiu: "Já sei, já sei e que é que se dá com os soldados... Ficariam na estrada, porque entrariam todos para a Polícia Rodoviária!"

Nova Iguaçú

Ganha Biblioteca

No próximo domingo, dia 2 do fevereiro, às 10 horas da manhã, será inaugurada em Nova Iguaçú, a Biblioteca Popular "Patrícia Lamunha", instalada na Travessa Hozinda Martins, 71 — sala 307, naquele município fluminense. O professor Hilaritão Araújo, na oportunidade, pronunciará uma palestra sobre o livro "Cangaceiros e Fanáticos", de Rui Facó.

Ajuda a NOVOS RUMOS

Amigos de Olaria (Rio-GB)	1.300,00
Empregados Empresa Nac. Saneamento (Rio-GB)	19.200,00
Bon Vontade (S. J. Meriti-RJ)	400,00
Amigos de Coelho da Rocha (RJ)	300,00
Operários (Cra. Gu. Niterói-RJ)	5.000,00
Amigos FCB	50.000,00
L. Castelo (Rio-GB)	5.000,00
J. Pereira (Rio-GB)	600,00
João Luiz Fernandes (São João de Barro-RJ)	1.000,00
Bancários — lista nº 1 (Brasil-DF)	7.300,00
Contribuição Civil — lista nº 5 (Brasil-DF)	5.500,00
Ajuda — jornais (Brasil-DF)	810,00
Mário Miyazawa (Assaf-PR)	500,00
Total	96.970,00

novos rumos

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.

Diretor Orlando Bomfim Junior

Director Executivo Fragmon Carlos Borges

Redator Chefe Luiz Gazzaneo

Gerente Guttenberg Cavalcanti

Relação: Av. Rio Branco 257, 17º andar, sala 1712 — Telefone 42.7344

Gerência: Rua Leopoldo Martins, 74, 1º andar (Centro)

Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS

EDICAO DE MINAS GERAIS

Relação e Administração: Rua dos Carlinhos 121, 2º andar, S.204 — Tel. 4.8666 — B. Horizonte

Sucursal de São Paulo Rua 15 de Novembro 228, 8º andar, sala 827 — Telefone 45.0433

Sucursal do Paraná Rua José Loureiro, 133 — 3º andar, S.3111 — Curitiba

Assinaturas

Anual Cr\$ 1.500,00

Semestral " 800,00

Trimestral " 400,00

Assinatura Aérea

Anual Cr\$ 2.800,00

Semestral " 1.500,00

Trimestral " 800,00

xxx

Nº avulso Cr\$ 30,00

Nº atrasado " 50,00

Avida e a obra do imortal compositor SERGUEI PROKOFIEV

SINFONIA da GRANDEZA HUMANA

PROG. LIVRE AC. NAQ.

UMA APRESENTAÇÃO DA AUREA FILMES

MARAVILHOSO ESPETÁCULO A CÔRES DO CINEMA SOVIÉTICO COM:

- Galina Ulanova e os grandes corpos de balé da URSS
- Grandes orquestras regidas por Bachaiev
- Direção: Lidia Stepanova
- Direção do Balé: Artista Emerito Bologovski
- Roteiro: Komenachevski
- Cenas com Eisenstein, Rimski-Korsakoff, Tchaikovski, Maikovski, Oistrak e outros grandes vultos do arte mundial.

CORAL

HORARIO: 12-14-16-18-20-22hs

RETROSPECTIVA DO CINEMA BRASILEIRO

Um Ciclo Retrospectivo do Cinema Brasileiro teve início, no Auditório do Palácio da Cultura, no dia 24 de janeiro, com o propósito de fornecer uma visão ampla e crítica de como evoluiu, desde as experiências pioneiras de Humberto Mauro, o nosso cinema até os dias atuais.

O Ciclo consta de diversas promoções, ao lado da projeção de mais de vinte obras marcantes em curta e longa-metragens. Aos curtas-metragens foi dado especial destaque, devido à sua importância sempre crescente como veículo de cultura destinado a focalizar objetivamente os diversos aspectos de nossa sociedade. Prêmios serão conferidos

aos melhores filmes deste gênero.

Por outro lado, aproveitando a presença dos convidados especiais para o certame, programou-se o Seminário do Cinema Brasileiro, subdividido em três aspectos: a) discussão das dificuldades de toda ordem que o gênero curta-metragem encontra no Brasil, propondo medidas que possibilitem o seu desenvolvimento; b) abordagem dos problemas culturais de nosso cinema; c) focalização dos problemas culturais de nosso cinema, detendo-se na análise da formação da cultura cinematográfica no país e da utilização do cinema na complementação do ensino.

O programa assinala a projeção no dia 31 de Janeiro, de TESOIRO PERDIDO e ENGENHO DE USINAS (ambos de Humberto Mauro).

BRINCANDO COM A MORTE

ALBERT KHAN

Toxicomania! Delinquência Juvenil!

TESTEMUNHO ESTARRECEDOR DE UMA REALIDADE TRÁGICA E BRUTAL, NÃO PODE SER LIDO SEM ESPANTO E HORROR!

299 pgs. — por apenas Cr\$ 490,00

Peça-o hoje mesmo pelo REEMBOLSO POSTAL à LIVRARIA DAS BANDEIRAS

Rua Riachuelo, 342 — loja 2 — São Paulo —

Pelas Reformas de Base, Contra o Imperialismo e o Latifúndio

Reportagem de RILDO MOUTA, correspondente de NR no Recife

Durante quatro dias (18 a 21 de janeiro) estiveram reunidos, na capital pernambucana, ferroviários de quase todos os Estados do País, tomando parte no VII Congresso Nacional dos Trabalhadores Ferroviários. Ao concluir, estiveram presentes 860 delegados eleitos, 30 fraternais, 10 especiais e 12 estrangeiros: 7 chilenos, 2 tchecos, 2 soviéticos e 1 italiano, representando a Federação Sindical Mundial. As sessões solenes de abertura e encerramento foram realizadas no velho Teatro Santa Isabel, funcionando as diversas comissões e sessões plenárias no Colégio Estadual do Recife. Compareceram delegações dos seguintes Estados: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Guanabara, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Estado do Rio e Rio Grande do Sul. A maior delegação foi a de Pernambuco, com 180 ferroviários; e as menores, com dois membros cada uma, as de Mato Grosso e Santa Catarina.

Temário e Comissões

Os delegados ao VII Congresso Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, que se constituiu numa magnífica prova de unidade e organização dos ferroviários brasileiros, nos quatro dias em que estiveram reunidos, debateram, com entusiasmo e consciência patriótica, um temário com oito importantes pontos: 1.º — Política salarial, com vistas a uma Tabela Salarial única em todo o País; 2.º — Estudo sobre o "deficit" ferroviário, com sugestões para as causas do mesmo; 3.º — Estudo sobre a federalização das ferrovias pertencentes

ao Estado de São Paulo; 4.º — Estudo para apresentação ao Congresso Nacional do Estatuto Nacional do Ferroviário, já em forma de projeto de lei; 5.º — Estudo para a formação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários (IAPF), e sobre os problemas da Previdência Social; 6.º — Estudos sobre os Problemas Nacionais, tendo em vista as Reformas de Base; 7.º — Estudos sobre a 1.ª Conferência Latino-Americana de Trabalhadores em Transportes; 8.º — Estudos sobre assuntos gerais da classe operária, e também do país.

Funcionaram 10 comissões, com as seguintes denominações: 1.ª — Comissão Executiva do VII Congresso; 2.ª — Comissão de Recepção; 3.ª — Comissão de Estudos sobre o "deficit" Ferroviário; 4.ª — Federação das Ferrovias Paulistas; 5.ª — Comissão Salarial; 6.ª — Comissão do Estatuto Nacional dos Ferroviários; 7.ª — Problemas Nacionais; 8.ª — Comissão de Previdência Social; 9.ª — Comissão de Preparação para a 1.ª Conferência Latino-Americana; 10.ª — Comissão de Moções e Assuntos Gerais.

Resoluções Mais Importantes

Em todas as comissões e nas sessões plenárias, os trabalhadores ferroviários do Brasil não se cansaram de debater e aprovar, não só problemas referentes às suas reivindicações específicas, como problemas atinentes ao desenvolvimento e emancipação política, econômica e social do país, demonstrando o grau de politização a que já chegaram. Os debates foram os mais francos e patrióticos, salientando derrotados todos aqueles

que, de uma forma ou de outra, tentaram desviar o sentido nacionalista, democrático e de libertação nacional, que, desde a sessão solene de abertura, reinou prioritariamente em meio ao conclave. Assim sendo, o maior derrotado foi o coronel Roberto Pessoa, da delegação de São Paulo, pau-mandado do gorila Ademar de Barros e do corvo Carlos Lacerda. Não só foi derrotado, mas expulso do conclave com injúrias dos trabalhadores, indigno, portanto, de permanecer em meio aos ferroviários.

Revolto, espumando de raiva, por haver presenciado, inclusive, na sessão de abertura, a execução da "Internacional", o velho espancador de operários, foi deitar salvação anticomunista numa estação de TV, isto no dia de encerramento do certame, o que mais indignou aos congressistas. Foi este agente do golpismo um verdadeiro anjo negro, que, graças à força patriótica dos trabalhadores ferroviários, teve suas asas cortadas, e só não morreu de enfiar-se por proteção, pura e simples, do Diabo...

A par disto, várias e importantes resoluções foram aprovadas, dentre elas as seguintes: federalização da Estrada de Ferro de São Paulo, revogação do Art. 58 da Lei Eleitoral, revogação do Art. 141 da Constituição Federal, a fim de que seja permitida a Reforma Agrária; eletrificação das estradas de ferro brasileiras, sindicalização para os servidores públicos cedidos à RFSA, registro para o Partido Comunista Brasileiro, realização de uma reforma cambial que tenha em vista o equilíbrio do balanço de pagamentos e deter o processo de desvalorização do cruzeiro; defesa dos preços dos nossos produtos de exportação, controle drástico das importações, com o estabelecimento do regime de pre-

via, dando-se prioridade à importação de equipamentos, m. a. t. e m. a. p. m. e combustíveis; proibição da transferência de valores e bens de cidadãos do Brasil para o exterior; aplicação intensiva do método Paulo Freire de educação de base; em todo o país; construção de casas pelas ferrovias, para venda aos ferroviários, na base de amortização móvel e a longo prazo; defesa dos preços dos nossos produtos de exportação, redução substancial das subvenções concedidas ao setor cafeeiro, transferência, para a União da Faculdade de cobrar o Imposto Territorial Rural a reforma tributária que objetiva o aumento da receita pública e o equilíbrio orçamentário, fazendo cair sobre os grupos de alta renda.

Na última sessão plenária ficou aprovada, ainda, a realização do VII Congresso na cidade de Belo Horizonte, e uma greve nacional da classe, se, dentro de 90 dias, o governo federal não baixar decreto equiparando os salários dos ferroviários em todas as ferrovias.

Abertura e Encerramento

O ponto alto do Congresso foi, sem dúvida, as sessões solenes de abertura e encerramento, feitas no Teatro Santa Isabel, com todas as suas dependências superlotadas. Foi nessas ocasiões que os ferroviários brasileiros, através dos seus discursos, e dos discursos das personalidades presentes, puderam sentir, em toda a sua plenitude, que já esteve mais longe a liberdade econômica, política e social do Brasil. Foi ali que

os ferroviários externaram, com mais calor e patriotismo, o desejo (sentido por todo o povo brasileiro) de ver, fora de nossas fronteiras territoriais, as imperialistas norte-americanas e seus lacaios internos, como Ademar de Barros e Carlos Lacerda; de sermos um povo livre e independente; de possuímos um governo verdadeiramente do povo, um governo nacionalista e democrático, capaz de fazer as reformas de base tão reclamadas, notadamente a Reforma Agrária; um governo capaz de garantir a autodeterminação dos povos e de aliar-se a aqueles povos que lutam pela Paz e contra as provas terroristas nucleares.

Na ocasião de abertura, por exemplo, após ouvido o Hino Nacional e formada a mesa com os líderes sindicais e as personalidades presentes, usou da palavra o presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, Raphael Martinelli. Em seu discurso, fez um minucioso balanço das lutas e das vitórias conquistadas entre o VI e VII Congressos, citando, entre outras coisas, a revitalização da unidade da família ferroviária, com o II Encontro de Ferroviários Paulistas, o I Encontro dos Ferroviários do Nordeste, e o afastamento de alguns diretores que serviam a interesses antinacionais. Citou as greves vitoriosas de Bragança, São Paulo, o abono de Natal e 30 dias de férias e o pagamento do salário familiar de 4 mil cruzeiros por dependente.

Falaram, ainda, os representantes dos ferroviários da União Soviética, da República Popular da Tchecoslováquia, do Chile e da

Federação Sindical Mundial (FSM), que engloba 120 milhões de trabalhadores. Em nome das Ligas Camponesas, discursou o deputado federal Francisco Juliano, que pediu um minuto de silêncio em homenagem aos camponeses mortos pelos latifundiários da cidade de Mari, na Paraíba. Pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) usou da palavra o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos, líder sindical Newton Oliveira. Sendo ouvida, também, a "Internacional", com todos os congressistas de pé.

Projeto de SUPRA

Presente à sessão de abertura do Congresso encontrava-se o sr. João Pinheiro Neto, superintendente da SUPRA, que, discursando, disse, encorajando a sessão: "O presidente da República, pediu-me que viesse fazer uma consulta aos ferroviários do Brasil sobre o projeto da SUPRA e a resposta que lvo 4 de que este decreto deve ser assinado imediatamente".

Referindo-se aos parlamentares que se opõem ao decreto de desapropriação das terras às margens de ferrovias, rodovias e açudes, afirmou que "se bases 150 ou mais hectares não quiserem obstaculizar a ação da SUPRA, convocarei os trabalhadores em praça pública e direi: resolvam agora o problema, pois aqueles que podem resolvê-lo não querem".

Entusiástico Encerramento

O VII Congresso Nacional dos Ferroviários foi encerrado na noite do dia 21 de janeiro. Todas as dependências do velho Teatro Santa Isabel estavam lotadas. Falas e cartazes pediam a Reforma Agrária, a Federalização das Estradas de Ferro de São Paulo e outras reformas de base.

A mesa, tomaram assento, entre outras personalidades, os governadores Miguel Arraes e Seixas Dória; de Sergipe; os delegados estrangeiros: o líder sindical Clodomir Riani, presidente do CGT e da CNTI, o deputado Francisco Juliano, representando as Ligas Camponesas; além dos representantes do prefeito Pelegrino Silveira, do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA); o delegado Regional do Trabalho, sr. Enock Mendes Saravia; e o deputado Cláudio Braga, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários de Pernambuco.

Entre os discursos, os mais incisivos e cheios de ardor patriótico foram os pronunciados pelos governadores Miguel Arraes e Seixas Dória, que exortaram os trabalhadores a unirem suas forças e, irmados com todos aqueles que desejam a libertação do país, realizarem um movimento amplo que tenha por finalidade básica este objetivo fundamental: um Brasil livre e independente.

Em nome do Comando Geral dos Trabalhadores, discursou o líder operário Clodomir Riani, para reafirmar a disposição dos trabalhadores brasileiros de realizarem, na prática, a emancipação nacional, iniciando, assim, o progresso e o desenvolvimento independente do país.

ÀS SENHORES BARÕES DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LIVRAMENTO

"As Associações Rurais dos municípios de grandes propriedades são, via de regra, constituídas, na maioria, de médios e pequenos pecuaristas. E' estas são as que enfrentam sérios problemas, que começam com a dificuldade de obter campo, passam pelos arrendamentos extorvados, a exploração do Armour e da Swift, e terminam na eterna luta pelo crédito. Os latifundiários são minoria. Significam — diria — os zangões dentro da colmeia.

Não queiram os senhores barões da terra, porém, esquecer a camada social dos pecuaristas, confundindo interesse de exploração — privilégio de crédito para a compra de reprodutores, câmbios escandalosos, etc. — com a difícil situação dos homens progressistas da pecuária.

A série de crônicas sobre reforma agrária, que desde há dois anos, venho enviando a rádios e jornais de nosso Estado, não tinha por eufemismo as Associações Rurais. Entretanto, o artigo-resposta da ASSOCIAÇÃO RURAL DE LIVRAMENTO à minha crônica "Eles, os Imorais!", apontou, hoje, o destinatário.

Minha origem vem de médios e pequenos camponeses. Há conhecer, sentir, situar os seus problemas e vicissitudes na necessidade social da reforma agrária. Não me omito, nem me oculto. Na cidade de Livramento, em três palestras pelo rádio, defendi os meus pontos de vista sobre política agrária e outros aspectos da problemática social. Foi além da minha modesta opinião pessoal, associando, comparando opiniões que vêm desde o grande Silvino Romero, do sociólogo conservador, Gilberto Freyre, até José de Castro, Ony Duarte, Lagoberto Sales e outros. Possuo opinião, e a deixo, modestamente, insubornavelmente. Passo, a — aos fatos específicos.

Por esforço de memória, lembro que no tempo de 1950 era, mais ou menos, assim classificada a população rural de Livramento: dez mil camponeses sem terra; nove mil camponeses com menos de cinco hectares; um mil e cem com menos de dez hectares. Havia três mil propriedades de mais de dez hectares. E notem agora: oitenta proprietários, aproximadamente, possuíam dois terços da área total das propriedades. E, entre essas oitenta, apenas cinco ou seis eram donos da metade dos dois terços. Estes são os latifundiários. Há ainda a política do Banco do Brasil, que proporciona o grosso do crédito não aos três mil proprietários, mas aos poucos barões feudais.

A terra latifundiária é cada vez mais extensa e concentrada, e, em consequência, o consumo per capita da população, no que concerne à carne, ao leite, ao pão, vem diminuindo de mês para mês.

A concentração da propriedade e suas decorrências, os bárbaros preços de venda e de arrendamentos, incidem, direta e violentamente, no custo da carne, do arroz, do pão e de outros alimentos essenciais à vida.

A crônica "Eles, os Imorais!" — à qual os meus oponentes responderam com xingação — avançou comentários sobre os camponeses sem terra e diria que eles, sem meios de produção, à míngua de qualquer assistência, em balaios, pequenas carroças, garupas de cavalo, vinham, mal ou bem, há anos e anos, alimentando as nossas cidades. E agora, que néles desperta a consciência política para a posse da terra, o latifundiário alega: essa gente não tem condições de possuir a terra! Não entende de nada! Uns miseráveis!...

A minha resposta em tese, na referida crônica, foi que o latifundiário, exatamente, era quem não possuía, para o caso da miniganda produção agrícola, capacidade, experiência (sabagundos na cidade) e autoridade moral nenhuma por ser ele o responsável, historicamente, política e socialmente, pelo atraso do camponês.

A medida em que redigia, pensava em Rousseau: "a propriedade privada é um roubo". E foi pensando em Rousseau que afirmei: como são imorais!

Estava subentendido: socialmente imorais. Nada tenho contra as pessoas dos latifundiários. A luta frontal é contra eles como classe — e, portanto, coerentemente, não os contendo com os furralistas em geral, como fazem crer aquela resposta capciososa e primária. Seria, de minha parte um imperdoável erro político — o mesmo erro, creio, que comparo os industrialistas brasileiros aos agentes dos trustes internacionais. Os latifundiários estão, prejudicialmente para a nossa pecuária, como os trustes para a indústria nacional.

Entendo, senhores, fora de qualquer indulgência a Rousseau, que a reforma agrária põe em pauta a luta pela propriedade da terra.

Esta é a etapa, hoje, da revolução brasileira. Convenhamos que o direito de propriedade, como o concebem os donos do poder econômico, é imoral. As terras de Livramento, segundo se nota no Censo de 50, estão imobilizadas em mãos de poucos. Entregadas a muitos, face ao sagrado direito de propriedade, é moral, humano e fecundo.

Os senhores barões atacaram-me, no artigo do dia 20 de dezembro, afirmando que a minha pena é mercenária e eu sou de recalques.

Informe: não sou de recalques. Os meus modestos trabalhos, como jornalista, são feitos de consciência política. Eu poderia escrever, se quisesse, para os donos do poder econômico. Posso provar. Ocorre que as condições da empresa cingiam-me, prendiam-me à sua linha política. Recusei. Eu seria um mercenário. Informe ainda, e honro-me por isso, que eu sou dos mais eminentes nomes da psiquiatria moderna e meu amigo é se precisasse ele liquidaria os meus recalques, caso, naturalmente, dispusesse de tempo, visto o meu consultório viver cheio de latifundiários de todas as idades.

Fracassado! Claro, os senhores barões são comerciantes e deduzem: eles apenas vendem livros e crônicas, enquanto nós fatuamos bois, lã (deste e do outro lado da fronteira) e temos ainda a posse da terra e do Banco do Brasil. O livro é o agente da cultura. O boi, segundo é manipulado da coices — no poder aquisitivo do povo. É o símbolo do poder concreto...

Depende do ângulo, senhores, donde atiramos (ou vemos as coisas) como diria o velho Eça.

Poesia de submundo! — disseram os donos do símbolo. Efectivamente. Escrevo para a Classe Operária, para os camponeses, que são, no conceito dos senhores, os subhomenos que cheiram a suor. Eles que fazem a roupa que os senhores vestem e que apagam desnudos. Eles que erguem o palácio e não têm onde morar. Eles que cultivam a terra e não a possuem. Eles — reafirmo — têm o humanismo, o convite à luta, a esperança da minha poesia. E agora, permitam-me que lhes conte: quando há quatro ou cinco anos, num curso de poesia, aqui em P. Alegre, patrocinado pelo Clube de Cultura e pela Associação Brasileira de Escritores, eu tive, por generosidade, o meu poema O GONGO premiado e posteriormente este e outros poemas traduzidos para o russo e o espanhol, creiam-me, senti a alegria do homem realizado, a mesma alegria dos senhores barões ao receberem o dinheiro contido dos bois crioulos e do contrabando.

Depende do ângulo.

E a cultura de almanaque que os senhores encontraram em mim? Está certo. Não desprezem os almanques. Conto-lhes: cientista da minha ignorância, freqüente todos os cursos que o meu tempo permite. Lembro-me que no curso de Folclore e Tradição, ministrado no Instituto de Belas Artes, um dia, encontrei, num grande e antigo almanaque do CORREIO DO POVO, uma história sobre tradição que me foi útil. E no curso de cultura teatral (extensão cultural) da Universidade do Rio Grande do Sul, um velho almanaque português, na falta da enciclopédia, forneceu-me dados biográficos do dramaturgo Gil Vicente. (Esse mesmo que a cultura dos senhores já identificou, o dos Autos.)

A pobreza de espírito dos senhores barões da terra, especulam, do em turno de inopes — do Gal. Osório nada e de Laci tudo — revela os que fogem ao debate objetivo do tema. O assunto Reforma Agrária traz, em si, aspectos polémicos para o diálogo e o seminário, a assembleia, e o comício. E não há necessidade, por isso, de ser debatido com pessoas que especulam, idiotas, tolas e ininteligentemente, falando com o respeito a si mesmas e ao leitor que se desintessa das questões pessoais.

Encerro estes comentários com vistas ao que mencionei na última crônica:

Reformada a Constituição da República — sob o povo mobilizado — o Instituto Nacional de Reforma Agrária acabará com o latifúndio como sistema. Estabelecerá arrendamentos suaves. Dará a terra a quem nela trabalha". (Laci Osório, de P. Alegre).

Bloco de Estudo Para a Universidade Patrício Lumumba e Curso de Língua Russa

De 1.º a 15 de fevereiro estarão abertas as inscrições para Bloco de Estudo da Universidade Patrício Lumumba de Moçambique e serão também iniciadas as aulas de novas turmas do Curso de Língua Russa, para as quais aceitam-se informações: Instituto de Intercâmbio Cultural BRASILEIRO — Avenida Franklin Roosevelt, 194 — Grupo 304 — Telefone: 22-5548.

Capixaba Faz Greve da Luz: Não Paga Aumento

O povo capixaba está em greve. Não está pagando as contas de luz à empresa norte-americana Central "B" subsidiária da Bond And Share até que esta decida voltar atrás no aumento arbitrário das taxas de luz e energia.

A elevação das tarifas, comunicada lacônicamente ao povo pela empresa através de um nota em jornal, estava justificada segundo os diretores lanques — pelo pagamento do 13.º salário. Assim, apesar de entrar em choque com a própria lei que instituiu aquela bonificação, a distribuidora da energia do Espírito Santo não teve dúvida em utilizá-la contra o povo para auferir maiores lucros. Lucros empacotados e remetidos para Nova Iorque.

Movimento Popular

Depois da nota oficial — no estilo dos editais da Indústria Média — seguiu-se a cobrança das taxas, já aumentadas. Entretanto, os recibos não eram pagos. O povo os rasgava, manifestando espontaneamente o seu repúdio à empresa, enquanto as forças populares do Espírito Santo organiza-

vam manifestações nos bairros, esclarecendo que o único caminho para evitar aumentos periódicos e injustificados era a imediata encampação da Central "B".

Em todos os setores da vida naquele Estado fez-se sentir a decisão dos capixabas de não pagar aumento nenhum, exigindo a encampação do truste que tantos males vem causando à população.

Da tribuna da Assembleia Legislativa, o deputado general Parente Frota conclamou o povo a se organizar na luta contra a Central "B", "pois só unidos e organizados poderemos vencê-la". A ele juntaram-se os deputados Hélio Carlos Manhães, Dilyo Peredo e Tuffy Nader. A Assembleia Estadual uniram-se a Campanha de Vitória, que convocou um comício contra a filial da Bond and Share. Por outro lado, o município de Cachoeiro do Itapemirim, representado por seus vereadores e pelo prefeito Abel Sant'Anna enviou um telegrama à direção da Central "B", dando-lhe um prazo de oito dias para rebaixar as tarifas, e comunicando que o povo daquele muni-

cípio não pagaria aumentos escorchantes, pois apesar de tudo, ainda era mal servido pela Central.

Comício

Ao mesmo tempo que os verdadeiros representantes do povo capixaba tomavam uma decidida posição em defesa dos interesses da população, as entidades sindicais, camponesas e estudantis cerravam fileiras na campanha contra a Central "B". O Conselho Sindical dos trabalhadores do Espírito Santo, a Federação de Lavradores, e as Unões de estudantes universitários e de nível médio lançaram-se na preparação do grande comício do dia 8 de janeiro manifestação em que mais de três mil pessoas protestaram nas praças de Vitória contra a manutenção no Estado da Central "B", exigindo sua imediata encampação.

O grande comício, recebeu ainda o apoio de duas Câmaras Municipais, a de Vitória e a de Vila Velha e contou com a presença de vários parlamentares capixabas e representantes das organizações que promoveram a manifestação.



Sala Darcy Montez

Foi inaugurada, na última sexta-feira, no Sindicato dos Bancários, a sala "Darcy Montez", homenagem prestada pelo bancários ao estimado líder há pouco desaparecido. Usaram da palavra, no ato, o presidente do Sindicato, Humberto Campbell, e o representante da CONTEC, Geraldo Magalhães, tendo agradecido, em nome da família do homenageado, seu irmão Dante Edmundo Montez, atual delegado do IAPB na Guanabara. Na foto, a viúva Darcy Montez, quando descerava a bandeira do Sindicato, que encobria a placa comemorativa.

São Paulo: 518 Mil Trabalhadores Rurais Autônomos já Têm Sua Federação

Com a recente criação da Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Estado de São Paulo, importante contribuição foi dada à luta por uma reforma agrária radical. São 518 mil famílias (dados de 1950 da Secretaria da Agricultura) de arrendatários, meeiros e parceiros que agora terão uma sua entidade sindical, de âmbito estadual, para bristarem na luta por suas reivindicações.

Fundação do FTRAESP

Gracias a um trabalho intenso desenvolvido por líderes camponeses que contaram com a ajuda fraternal de dirigentes sindicais e de federações de sindicatos operários, foram formados, no Estado de São Paulo, 20 sindicatos de produtores autônomos rurais. A 1.ª de outubro do ano passado, quando 11 dessas entidades já estavam devidamente registradas, deu-se a fundação do FTRAESP. Dois meses e meio depois, isto é, no dia 10 de dezembro, o órgão representativo da 4.ª categoria de trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, recebeu a sua Carta, na mesma data em que o ministro Amauri Silva a assinava.

Confederação — Nestor Vêra, Luiz de Rossi e João Bistafra. Já no dia 3 de janeiro, a direção promovia uma reunião, a fim de tomar medidas que visassem um maior desenvolvimento das lutas dos seus filiados. Na ocasião foram constatadas as grandes dificuldades financeiras existentes, em consequência de uma Federação não contar com o imposto sindical rural, uma vez que o mesmo não foi regulamentado. Apesar disso, a reunião aprovou um amplo plano de trabalho, para ser levado à prática.

Plano de Ação

O plano de atividade aprovada, consta de: 1.º — Criar 100 novos sindicatos de produtores autônomos, assim distribuídos: 20 na Mogiana, 18 na Paulista, 22 na Sorocabana, 14 na Araçuaçuense, 14 na Noroeste, 9 no Litoral e 3 no Vale. 2.º — Fortalecer os Sindicatos existentes adotando as seguintes medidas: a) realizar uma campanha

planiificada de novos associados, objetivando, no mínimo, duplicar os efetivos (cabrer sedes, realizar conferências e palestras, lançar boletins de propaganda, etc.);

b) realizar dois cursos de capacitação para dirigentes sindicais, sendo o primeiro de 3 aulas, entre os meses de janeiro a março, sobre o sindicato rural, seu papel e seu funcionamento; sobre os direitos dos trabalhadores do campo, será o segundo, de cinco aulas, entre entre os meses de abril a agosto (E.T.R., Previdência Social, Código Civil, Constituição etc.);

c) realizar concentrações regionais de produtores autônomos na Alta e Média Sorocabana, Noroeste, Paulista, Araçuaçuense, Mogiana e Litoral;

d) trabalhar no sentido de que os sindicatos criados pelo clero e que não estejam funcionando, venham a desempenhar o seu papel na defesa da categoria profissional;

e) desenvolver e intensificar a campanha pela reforma agrária radical de acordo com as resoluções do Congresso de Belo Horizonte.

f) desenvolver e intensificar a campanha pela reforma agrária radical de acordo com as resoluções do Congresso de Belo Horizonte.

g) desenvolver e intensificar a campanha pela reforma agrária radical de acordo com as resoluções do Congresso de Belo Horizonte.

h) desenvolver e intensificar a campanha pela reforma agrária radical de acordo com as resoluções do Congresso de Belo Horizonte.

i) desenvolver e intensificar a campanha pela reforma agrária radical de acordo com as resoluções do Congresso de Belo Horizonte.

j) desenvolver e intensificar a campanha pela reforma agrária radical de acordo com as resoluções do Congresso de Belo Horizonte.

Mineiros Fazem Carta e Denúncias Para Defender Minério Brasileiro

A primeira grande vitória obtida pelos mineiros, este ano, foi a realização da «Semana Popular em Defesa do Minério». Convocada pelas entidades mais representativas das forças populares — operários, camponeses, estudantes e intelectuais — repercutiu em todos os meios políticos e sociais do Estado. A grande imprensa, jornais e rádios, com raras exceções, quando não difamou, omitiu-se diante de tão fecunda e patriótica iniciativa. Apesar disto, dispondo de poucos meios de propaganda, a «Semana» constituiu-se numa primeira tomada de posição ampla e séria e a revelação concreta do despertar conjunto de amplos setores de nosso povo para a luta antilimpialista, pelo desenvolvimento econômico independente, pela imediata adoção de uma política de interesse nacional, pelas urgentes reformas de estrutura. Com a «Semana»

dê-se continuidade, praticamente, à mobilização popular para conquista de um governo nacionalista e democrático.

A «Carta de Princípios» e as «Denúncias ao Povo Brasileiro», aprovadas no encerramento da «Semana Popular em Defesa do Minério», anunciam esta disposição de luta. São instrumentos políticos poderosos. Nêles, pela primeira vez, as forças populares de Minas Gerais apresentam o quadro real da espoliação imperialista e apontam medidas concretas para extirpá-la. Com toda coragem patriótica, denunciam os órgãos governamentais e os traidores dos interesses nacionais, convenientes com a brutal espoliação das nossas riquezas. E indicam o caminho para o desenvolvimento antilimpialista e nacionalista a ser trilhado pelos governantes.

Ao povo mineiro estão entregues os dois documentos, instrumentos políticos para luta mais ampla entre as massas. Cabe a

cada homem, a cada mulher de vanguarda, difundir-las por todos os meios e formas. Levá-las a cada operário, a cada camponês, a cada estudante, a cada intelectual, a todos os mineiros. Discuti-las com cada pessoa, nas ruas e praças públicas, em reuniões e assembleias. Empolgar cada entidade de massa para defender suas teses. Encaminhá-las a todos os órgãos dos poderes públicos, municipais, estaduais e federais, para que tomem posição junto com o povo em favor dos interesses nacionais.

Só com mais ampla campanha de esclarecimento popular, com a unificação, organização e mobilização de todas as massas do Estado, será possível contribuir para expulsar os monopólios imperialistas, desmascarar os traidores nacionais, derrotar a contra-ofensiva que os imperialistas e seus agentes, desesperados, procurarão, principalmente agora, encetar contra os interesses da Nação.



ANIBAL MACHADO

Acabamos de perder, todos nós, um grande companheiro: morreu Anibal Machado. Dêlo podemos afirmar que foi sempre, desde as primeiras horas, um combatente antifascista, um democrata em por cento, um leal e valoroso nacionalista. Não entrou no Partido — e isso sempre explicou — porque sempre teve saúde delicada, mas nunca deixou de estar ao nosso lado em todos os momentos. Quando precisávamos protestar, quando lançávamos manifestos contra isto ou aquilo ou de apoio a isto ou aquilo já sabíamos que contávamos com o seu nome e mais do que seu nome, com sua lealdade. Combateu das primeiras horas, Anibal deixou em nós profunda saudade e a certeza de que fará falta às nossas fileiras.

Escritor dos melhores, Anibal deixou não poucos, mas livros de melhor qualidade profundamente escrupulosos em tudo o que fazia e escrevia, seus livros passavam por tantas correções que por exemplo, seu romance «João Ternura», começado há mais de trinta anos, só agora foi terminado. Meu grande, meu muito querido amigo, visitei-o na semana anterior à sua morte. Tive uma alegria: encontrei-o de pé, a febre que o perseguia de-

pôs da operação passara. Estava como sempre, otimista, alegre, dizendo «quero viver», «preciso viver um pouco mais». Sai de sua companhia tão contente. Contei aos amigos: Anibal é um materialista, sabe a doença que tem e contra ela está lutando porque precisa viver um pouco mais. E depois, de repente, a notícia brutal dada por um amigo pelo telefone: Anibal morreu.

Anibal morreu. Com ele se vai um pouco da minha vida, tão grande foi nossa amizade. Relembro-o em tudo, até nos nossos primeiros encontros, nas suas descobertas de Marx, na sua maneira sempre clara de raciocinar, de opinar, de agir, de viver. Numa época tão difícil para o povo brasileiro, 35, 36 etc. Anibal dirigiu com serenidade e dedicação a Associação Brasileira de Escritores, de cujo primeiro congresso saiu a célebre declaração contra o fascismo então dominante em nosso país. Escritor e homem sempre ligado aos problemas de nosso povo, assim foi Anibal Machado.

Perdemos um grande combatente. Perdemos um grande amigo. Valha esta crônica também como a homenagem que todos nós, democratas, nacionalistas e comunistas lhe devemos.

Documentos Para o Presente

A «Semana Popular em Defesa do Minério», realizada em Belo Horizonte de 13 a 18, aprovou os seguintes documentos:

Denúncias ao Povo Brasileiro

«As forças populares de Minas Gerais, reunidas em Assembleia final na 1.ª SEMANA POPULAR EM DEFESA DO MINÉRIO, estarecidas com as impressionantes revelações de «entreguismo», por parte de órgãos da administração pública, de «venda» dos interesses brasileiros por dirigentes nacionais e dilapidação do nosso subsolo pelos «trusts» estrangeiros, se vêm na obrigação de DENUNCIAR A NAÇÃO:

I — Âmbito Internacional

1) A quase totalidade das jazidas minerais das nações subdesenvolvidas da América Latina, África, Ásia e Oceânia se encontram sob domínio de trusts internacionais alheios aos interesses destas nações.

2) Que de organismos internacionais, tais como o BIRD (Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento), BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento), FONTO IV (Setor de recursos mine-

rais-USOB), são instrumentos do poder econômico das nações desenvolvidas, na espoliação das riquezas minerais dos povos subdesenvolvidos. Assim, os estudos feitos pelos geólogos americanos no quadrilátero ferrífero nos EE.UU. e anos depois traduzidos para o português, servindo para os interesses da HANNA Co.

3) Que somente um acordo internacional do minério, realizado pelas nações subdesenvolvidas, poderá contrabalançar as citadas forças de dominação.

II — Âmbito Nacional

1) Que o ministro de MINAS E ENERGIA, sr. Oliveira Brito:

a) Não quer dinamizar este Ministério;

b) Não reestruturou o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral); e permite que ele sirva aos trusts e não ao Brasil, não admitindo geólogos brasileiros;

c) Não tomou nenhuma providência administrativa para cumprir a decisão judicial do TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, contra a HANNA Co.;

d) Autorizou pesquisa e lavra para Companhia subsidiária de HANNA Co., em janeiro deste ano, apesar de haver proibição, por decreto, de concessões a estrangeiros.

Diante disto o POVO EXIGE:

1.ª) Demissão imediata

do MINISTRO DE MINAS E ENERGIA;

2) Que a substituição por elemento comprovadamente nacionalista;

3) Comissão Parlamentar de Inquérito no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

2) Que os grupos AMERICANOS, ALEMÃES, HOLANDÊSES E OUTROS, continuam explorando o minério de ferro, desrespeitando o Artigo 6.º do Código de Minas.

Em vista dessa irregularidade, o POVO exige a entrega do controle da política nacional do ferro à CVRD (Cia. Vale do Rio Doce) e a proibição do transporte de minério de ferro das Companhias estrangeiras através das ferrovias da União.

3) Que sejam cassadas as concessões das jazidas de manganês à Bethlehem Steel, no Território do Amapá, e igualmente as jazidas de Urucum e Minas Gerais à United States Steel; que se proíba definitivamente a exportação do manganês de Minas Gerais e Bahia e seja encampada a Cia. Meridional de Cons. Lafaiete-MG.

4) Que a DEMA (Wah Chang) continue desrespeitando o Artigo 6.º do Código de Minas, explorando nossas jazidas de NIOBIO, em Araxá-MG.

O POVO exige, também, o monopólio estatal da exportação, industrialização e exportação do NIOBIO.

5) Denunciamos ainda, a concessão de jazidas de estanho ao Banco da Indú-

stria; jazidas de alumínio às subsidiárias do truste Aluminum Limited; concessões de jazidas de Magnetita ao grupo belgo-luemburguês da Magnetita S. A.; a ação de Companhias antinacionais no comércio incontrolado de Mica, Quartzo, Berilo e Pedras coradas.

Exigimos, quanto a estes, seja estabelecida linha política que atenda aos interesses brasileiros.

6) Denunciamos o grupo que controla as Fábricas de Cimento e estranheira o progresso nacional.

Exigimos a intervenção neste controle monopolístico abusivo.

7) Denunciamos o sr. José Ermirio de Moraes por manter inexploradas as jazidas de níquel, em Goiás, e de zinco, em Minas Gerais, de que tem concessão há longos anos, nada progredindo até hoje, dificultando o progresso nacional.

Exigimos, quanto a estes, seja estabelecida linha política que atenda aos interesses brasileiros.

Exigimos o grupo que controla as Fábricas de Cimento e estranheira o progresso nacional.

Exigimos a intervenção neste controle monopolístico abusivo.

Exigimos o grupo que controla as Fábricas de Cimento e estranheira o progresso nacional.

Exigimos a intervenção neste controle monopolístico abusivo.

Exigimos o grupo que controla as Fábricas de Cimento e estranheira o progresso nacional.

Exigimos a intervenção neste controle monopolístico abusivo.

Exigimos o grupo que controla as Fábricas de Cimento e estranheira o progresso nacional.

Exigimos a intervenção neste controle monopolístico abusivo.

Exigimos o grupo que controla as Fábricas de Cimento e estranheira o progresso nacional.

3) a devastação de nossas minas pela Belgo Mineira, que somente à custa do deserto que deixa em Minas Gerais produz aço em condições de concorrer com a C.S.N. (Cia. Siderúrgica Nacional).

Exigimos desta companhia o efetivo replantio das florestas derrubadas.

4) Exigimos da CEMIG uma política de distribuição de energia às firmas de mineração e metalurgia, condicionada à defesa dos interesses nacionais.

5) Exigimos da CAMIG a industrialização do fosfato de Araxá, em escala quantitativa que realmente atenda aos interesses de nossa agricultura. Produz atualmente 22.000 (vinte e duas mil) toneladas e somente São Paulo necessita de 300.000 (trezentas mil) toneladas.

Exigimos desta companhia o efetivo replantio das florestas derrubadas.

Exigimos da CEMIG uma política de distribuição de energia às firmas de mineração e metalurgia, condicionada à defesa dos interesses nacionais.

Exigimos da CAMIG a industrialização do fosfato de Araxá, em escala quantitativa que realmente atenda aos interesses de nossa agricultura. Produz atualmente 22.000 (vinte e duas mil) toneladas e somente São Paulo necessita de 300.000 (trezentas mil) toneladas.

Exigimos desta companhia o efetivo replantio das florestas derrubadas.

Exigimos da CEMIG uma política de distribuição de energia às firmas de mineração e metalurgia, condicionada à defesa dos interesses nacionais.

Exigimos da CAMIG a industrialização do fosfato de Araxá, em escala quantitativa que realmente atenda aos interesses de nossa agricultura. Produz atualmente 22.000 (vinte e duas mil) toneladas e somente São Paulo necessita de 300.000 (trezentas mil) toneladas.

Exigimos desta companhia o efetivo replantio das florestas derrubadas.

Exigimos da CEMIG uma política de distribuição de energia às firmas de mineração e metalurgia, condicionada à defesa dos interesses nacionais.

Exigimos da CAMIG a industrialização do fosfato de Araxá, em escala quantitativa que realmente atenda aos interesses de nossa agricultura. Produz atualmente 22.000 (vinte e duas mil) toneladas e somente São Paulo necessita de 300.000 (trezentas mil) toneladas.

Exigimos desta companhia o efetivo replantio das florestas derrubadas.

Exigimos da CEMIG uma política de distribuição de energia às firmas de mineração e metalurgia, condicionada à defesa dos interesses nacionais.

A «Semana» Dia a Dia

Diá 13, segunda-feira — Instalação solene, na Secretaria de Saúde e Assistência, depois de um mês de preparativos e propagação, na Capital, no interior. Inicialmente instalada no auditório menor, foi transferida definitivamente para o maior, devido ao grande número de assistentes de saúde, apesar da chuva. O governador Magalhães Pinto, pronunciou longo discurso abordando o problema de exploração mineral e o Dr. Jair Faria, da Petrobras, falou sobre «Os 10 anos da Petrobras», mostrando-a como exemplo da capacidade do povo brasileiro para dirigir grandes empresas como será a Minerobrás. O deputado (Sinval) Bambira presidiu a mesa, composta ainda do Cel. José Guilherme, chefe da Casa Militar do governo do Estado, prof. Edgar de Godol Mata Machado, secretário do Trabalho e da Cultura Popular; prof. Osório da Rocha Diniz, representante de Minas no Conselho da República; deputado Pe. Francisco Lage, da SUPRA; Sr. Paulo Lima Viçosa, presidente da METAMIG; Sr. Ubaldo Pena, presidente da FERROBEL; Sr. Onésimo Viana de Souza, delegado Regional do Trabalho; deputado Clodsmith Riani, presidente da CNTI; Sr. José Julião, diretor do Instituto de Metalurgia e Tecnologia; Sr. Roberto Moreira, representante do CGT; Sr. Dent, Pelacani, secretário da CNTI; Sr. Vicente Assunção, conselheiro da PETROBRAS; universitário Marcelo Guimarães, do Grupo de Política Mineral, e Srta. Laila Sales, da Delegacia Regional da Comissão de Imposto Sindical.

Diá 14, terça-feira — Inauguração, pelo governador Magalhães Pinto, que, na ocasião, soltou uma frase magnífica («em vez de buracos chamênis»), da I Exposição de Minérios de Minas Gerais, organizada pelo Instituto de Metalurgia e Tecnologia, em colaboração com a METAMIG, CVRD e FERROBEL. A exposição, instalada na agência da Adicional Reembolsável, mostrou em painéis e maquetas as diversas fases da exploração e industrialização mineral, sendo visitada, na «Semana», por mais de 20 mil pessoas. Substituindo o prof. Osvaldo Guimarães, à noite falou o prof. Rui de Souza, assessor jurídico do governo estadual no processo de desapropriação da HANNA, que abordou o tema «Legislação Mineral», denunciando o artigo n.º 153, do Código de Minas, cujo parágrafo 1.º foi redigido pelo ministro do Tribunal Superior, Hermes Lima. O parágrafo em questão permite a exploração de jazidas mine-

Diá 15, quarta-feira — Conferência do deputado Almino Afonso sobre «O Capital Estrangeiro na Mineração», na qual historiou a posse criminosa de nossas jazidas minerais e denunciou o governo Juscelino Kubitschek no caso da HANNA. O ex-ministro do Trabalho falou perante cerca de 3 mil pessoas.

Diá 16, quinta-feira — Falando sobre «Nióbio, Minério do Futuro», o prof. Osvaldo Guimarães, do Gabinete Civil da presidência da República, prometeu que, enquanto fizer parte do governo, ficará «contra qualquer pretensão da DEMA, pois não é o americano tranqüilo mas o brasileiro possessivo de Nelson Rodrigues». No mesmo dia o deputado José Gomes Pimenta e o presidente do Sindicato dos Bancários, Sr. Antônio Faria, foram a Dinópolis, onde o deputado Celso Passos fez uma conferência, patrocinada pela Frente Nacionalista Municipal.

Diá 17, sexta-feira — O deputado Celso Passos, falando sob o tema «Por uma Política Mineral Nacionalista», e lembrando a todo momento a posição defendida por seu pai Gabriel Passos, até a morte, referiu-se sobretudo à atuação e organização do Ministério de Minas e Energia, que ele já ocupou interinamente, denunciando o governo federal e o ministro Oliveira Brito.

Diá 18, sábado — Encerramento, presentes 6 mil pessoas, que foram ouvir o governador Miguel Arraes, de Pernambuco. Presentes ainda o Prof. Darci Ribeiro, chefe da Casa Civil da presidência da República, deputado José Aparecido, secretário do governo estadual, Sr. Edgard da Mata Machado, secretário do Trabalho e da Cultura Popular, representando o governador Magalhães Pinto, deputados Celso Passos e José Gomes Pimenta, deputado Clodsmith Riani, do CGT e PUA, vice-presidente da UNE, estudante Hernani Farias, o representante do DCE e UBE, universitário Nilson Naves, e o representante uruguaio ao Congresso de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina. O primeiro orador, o presidente do Sindicato dos Bancários, Sr. Antônio Faria, pediu na ocasião um minuto de silêncio em memória do «grande patriota e brasileiro Gabriel Passos», seguindo-se os demais oradores, ouvidos até os últimos minutos da noite, que foi encerrada pelo Prof. Darci Ribeiro lendo carta do presidente da República em que comunicava revogação de ato denunciado na «Semana».

Diá 19, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 20, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 21, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 22, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 23, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 24, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 25, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 26, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 27, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 28, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 29, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 30, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 31, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 13, segunda-feira — Instalação solene, na Secretaria de Saúde e Assistência, depois de um mês de preparativos e propagação, na Capital, no interior. Inicialmente instalada no auditório menor, foi transferida definitivamente para o maior, devido ao grande número de assistentes de saúde, apesar da chuva. O governador Magalhães Pinto, pronunciou longo discurso abordando o problema de exploração mineral e o Dr. Jair Faria, da Petrobras, falou sobre «Os 10 anos da Petrobras», mostrando-a como exemplo da capacidade do povo brasileiro para dirigir grandes empresas como será a Minerobrás. O deputado (Sinval) Bambira presidiu a mesa, composta ainda do Cel. José Guilherme, chefe da Casa Militar do governo do Estado, prof. Edgar de Godol Mata Machado, secretário do Trabalho e da Cultura Popular; prof. Osório da Rocha Diniz, representante de Minas no Conselho da República; deputado Pe. Francisco Lage, da SUPRA; Sr. Paulo Lima Viçosa, presidente da METAMIG; Sr. Ubaldo Pena, presidente da FERROBEL; Sr. Onésimo Viana de Souza, delegado Regional do Trabalho; deputado Clodsmith Riani, presidente da CNTI; Sr. José Julião, diretor do Instituto de Metalurgia e Tecnologia; Sr. Roberto Moreira, representante do CGT; Sr. Dent, Pelacani, secretário da CNTI; Sr. Vicente Assunção, conselheiro da PETROBRAS; universitário Marcelo Guimarães, do Grupo de Política Mineral, e Srta. Laila Sales, da Delegacia Regional da Comissão de Imposto Sindical.

Diá 14, terça-feira — Inauguração, pelo governador Magalhães Pinto, que, na ocasião, soltou uma frase magnífica («em vez de buracos chamênis»), da I Exposição de Minérios de Minas Gerais, organizada pelo Instituto de Metalurgia e Tecnologia, em colaboração com a METAMIG, CVRD e FERROBEL. A exposição, instalada na agência da Adicional Reembolsável, mostrou em painéis e maquetas as diversas fases da exploração e industrialização mineral, sendo visitada, na «Semana», por mais de 20 mil pessoas. Substituindo o prof. Osvaldo Guimarães, à noite falou o prof. Rui de Souza, assessor jurídico do governo estadual no processo de desapropriação da HANNA, que abordou o tema «Legislação Mineral», denunciando o artigo n.º 153, do Código de Minas, cujo parágrafo 1.º foi redigido pelo ministro do Tribunal Superior, Hermes Lima. O parágrafo em questão permite a exploração de jazidas mine-

Diá 15, quarta-feira — Conferência do deputado Almino Afonso sobre «O Capital Estrangeiro na Mineração», na qual historiou a posse criminosa de nossas jazidas minerais e denunciou o governo Juscelino Kubitschek no caso da HANNA. O ex-ministro do Trabalho falou perante cerca de 3 mil pessoas.

Diá 16, quinta-feira — Falando sobre «Nióbio, Minério do Futuro», o prof. Osvaldo Guimarães, do Gabinete Civil da presidência da República, prometeu que, enquanto fizer parte do governo, ficará «contra qualquer pretensão da DEMA, pois não é o americano tranqüilo mas o brasileiro possessivo de Nelson Rodrigues». No mesmo dia o deputado José Gomes Pimenta e o presidente do Sindicato dos Bancários, Sr. Antônio Faria, foram a Dinópolis, onde o deputado Celso Passos fez uma conferência, patrocinada pela Frente Nacionalista Municipal.

Diá 17, sexta-feira — O deputado Celso Passos, falando sob o tema «Por uma Política Mineral Nacionalista», e lembrando a todo momento a posição defendida por seu pai Gabriel Passos, até a morte, referiu-se sobretudo à atuação e organização do Ministério de Minas e Energia, que ele já ocupou interinamente, denunciando o governo federal e o ministro Oliveira Brito.

Diá 18, sábado — Encerramento, presentes 6 mil pessoas, que foram ouvir o governador Miguel Arraes, de Pernambuco. Presentes ainda o Prof. Darci Ribeiro, chefe da Casa Civil da presidência da República, deputado José Aparecido, secretário do governo estadual, Sr. Edgard da Mata Machado, secretário do Trabalho e da Cultura Popular, representando o governador Magalhães Pinto, deputados Celso Passos e José Gomes Pimenta, deputado Clodsmith Riani, do CGT e PUA, vice-presidente da UNE, estudante Hernani Farias, o representante do DCE e UBE, universitário Nilson Naves, e o representante uruguaio ao Congresso de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina. O primeiro orador, o presidente do Sindicato dos Bancários, Sr. Antônio Faria, pediu na ocasião um minuto de silêncio em memória do «grande patriota e brasileiro Gabriel Passos», seguindo-se os demais oradores, ouvidos até os últimos minutos da noite, que foi encerrada pelo Prof. Darci Ribeiro lendo carta do presidente da República em que comunicava revogação de ato denunciado na «Semana».

Diá 19, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 20, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 21, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 22, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 23, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 24, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 25, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 26, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 27, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 28, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 29, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 30, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Diá 31, domingo — Encerramento da semana em Nova Lima, em comício em praça pública, presentes quase mil pessoas. Na ocasião, o Centro Popular de Cultura apresentou a peça «Os Mineiros Somos Nós».

Carta de Princípios

«As forças populares (operários, camponeses, estudantes e intelectuais), promotores da SEMANA POPULAR EM DEFESA DO MINÉRIO, considerando que:

A — O povo brasileiro já atingiu a sua maioridade histórica;

B — Os brasileiros são senhores absolutos de seu destino;

C — O Brasil não é, apenas, «o país do futuro» e sim uma grande nação com um legado de experiências do passado, lutando, concretamente, no presente, para a superação do subdesenvolvimento e com vistas a um futuro mais feliz;

D — O Brasil, por suas tradições liberais, não admite a espoliação, sob qualquer forma, nem qualquer espécie de imperialismo econômico;

AFIRMAM:

1 — A Nação e, particularmente, o Estado, não podem continuar a construir sua economia em base da exploração de um solo por si mesmo pobre e já em grande parte esgotado por práticas agrícolas antiquadas.

2 — Nenhuma nação pode se desenvolver sem a industrialização de suas riquezas minerais. Se o país não constrói o seu parque de indústrias

de base, continuará vítima indefesa das potências imperialistas.

3 — Possuímos as maiores e melhores reservas de minério de ferro do globo. Sua exportação, desde que submetida aos interesses nacionais, contribuirá para o financiamento de nossa siderurgia. Mas, antes e acima de tudo, a sua exploração e comercialização devem condicionar-se ao nosso desenvolvimento siderúrgico.

4 — Os recursos minerais do Brasil pertencem ao nosso povo e devem ser explorados, primeiramente, em benefício deste mesmo povo.

5 — Tal fato, sobre ser exigência elementar de JUSTIÇA, é ainda confirmado, sem sombra de dúvida, na Constituição de 1946 — artigo 153, pela lei específica, — O Código de Minas — em seu artigo 6.º e mais uma vez reafirmado pelo decreto n.º 53151, da Presidência da República.

6 — É portanto inadmissível que assistamos de braços cruzados à repetição da dilapidação de nossos depósitos minerais por firmas estrangeiras que aqui mantêm suas minas ativas. Tratar-se-ia então de repetição pura e simples dos processos econômicos espoliativos empregados pela Coroa na época colonial e que levaram ao total esgotamento das reservas de Ouro e Diamantes da antiga Província das Minas Gerais e que suscitaram a INCONFIDÊNCIA MINEIRA.

7 — Até hoje a HISTÓRIA AINDA não nos

revelou nenhum país que tenha enriquecido seu povo à custa da entrega de seus minérios a estrangeiros. Os trusts internacionais apenas têm trazido aos países onde operam, o colonialismo, a instabilidade política e a miséria. E o que ocorre na América Latina, África e Oriente Médio.

8 — Ademais, a inexistência de reais investimentos estrangeiros na indústria extrativa se patenteia no fato de que os serviços a ela indispensáveis (estradas, energia, portos, etc.) são realizados pelo Estado, ou seja, pelo POVO.

Não é pois cabível que os lucros do empreendimento se escoem para fora da nação em troca de uma simples concessão, de lavra que significa na prática atual uma doação e, ainda mais, inconstitucional.

9 — Ainda mais considerada a complexidade do campo minério com suas várias implicações, é patente a necessidade do monopólio estatal da exportação de minério, controle de minério de ferro pela Cia. Vale do Rio Doce e o cumprimento, sem rebuços, do artigo 6.º do Código de Minas: «O direito de pesquisa ou lavrar só poderá ser outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas constituídas estas de sócios e acionistas brasileiros».

Belo Horizonte — MG, SEMANA POPULAR EM DEFESA DO MINÉRIO, 18 de janeiro de 1964.



A Verdade Sobre a Petrobrás

«A crise atual na Petrobrás foi gerada e fomentada por trustes internacionais, cujos planos se orientam no sentido de dominar nossa grande empresa nacional. Interesses internacionais estão em jogo — esta grave denúncia foi feita pelo engenheiro Jairo Farias, ao depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que se propõe apurar os últimos acontecimentos relacionados com a Petrobrás.

Como se sabe, foi o engenheiro Jairo Farias que revelou a existência de uma terrível ameaça à Petrobrás e ao País, representada por um contrato de compra de petróleo a Esso por um prazo de cinco anos e no valor de cerca de 200 milhões de dólares anuais. A assinatura do contrato era defendida e estava sendo encaminhada pelo general Albino Silva, então presidente da Petrobrás. Tratava-se, ao mesmo tempo, de uma tremenda negociação e de um crime contra os interesses nacionais.

Diretoria Recusa

Como vinha sendo feita a negociação da importação de petróleo da Esso?

Em 13 de novembro passado, o Escritório Comercial da Petrobrás (ECOPE) entregou ao diretor Jairo José Farias um expediente que continha o estudo realizado pelo ECOPE a respeito da proposta apresentada pela Esso, diretamente, no dia 7 de novembro, ao presidente da Petrobrás, de fornecimento de óleo por um prazo de cinco anos. Por solicitação do presidente, general Albino Silva, o ECOPE fez um estudo da proposta, cuja validade, por prazo expresso na mesma, terminava no dia 13.

Que concluiu o ECOPE? Em parecer pormenorizado, concluiu que «as quantidades oferecidas não são convenientes ao programa de abastecimento pela COBAST e aprovada pela Diretoria, para 1964».

Do exame da proposta, resultou claro também que:

1 — o preço para fornecimento era acima do preço médio pago pela Petrobrás nos últimos dois anos;

2 — a aceitação da proposta implicaria dar à Esso uma participação crescente no fornecimento à Petrobrás.

Diante disso tudo, a sugestão do ECOPE foi a da adoção de uma política de compras a curto médio prazo, subordinada ao objetivo de consecução de preços baixos. Ora, dada a conjuntura mundial da produção de petróleo, e segundo a experiência acumulada pela própria Petrobrás, contratos de compra de petróleo a longo prazo não são aconselháveis. Além disso, no caso particular da oferta da Esso, motivos de ordem técnica — além dos de ordem econômica — tornavam inconvenientes a compra de petróleo, contratualmente obrigatória durante cinco anos.

Tendo recebido o parecer que lhe remetia o ECOPE, que fez o diretor Jairo Farias? Encaminhou-o à Diretoria Executiva da Petrobrás, acompanhado de uma exposição de motivos formulada por ele mesmo.

Em sua exposição, o sr. Jairo Farias subscreeveu, com seu endosso, o parecer do ECOPE, contrário à transação pretendida pela Esso. E manifestou a sua «opinião absolutamente contrária à referida proposição», aduzindo mais que:

1 — no prazo de vigência do contrato com a Esso a produção brasileira de óleo cru deve aumentar sensivelmente, podendo o País chegar, se não à plena auto-suficiência, pelo menos, à quase auto-suficiência»;

2 — que no referido período de cinco anos poderiam ocorrer oscilações de preço, no mercado internacional, favoráveis à Petrobrás;

3 — no mesmo período poderia ocorrer o aparecimento de novos produtores «que, por uma posição geográfica, ou em decorrência da situação de pagamento, venha a oferecer melhores condições de preço ou condições de pagamento em moeda conversível»;

4 — a proposta da Esso tumultuaria todo o plano de abastecimento elaborado pela COBAST (Comissão de Abastecimento de Petróleo), já aprovada pela Diretoria Executiva da Petrobrás (Ata 1.443, item 4., de 18 de outubro de 1963).

Depois de expor as razões por que se manifestava contra a aceitação da proposta da Esso, declarou o sr. Jairo Farias, em sua exposição de motivos: «Certo de que assim agindo estou defendendo os reais interesses da Empresa e do País, proponho a essa Diretoria Executiva que autorize o presidente da Companhia a dirigir-se à proponente, notificando-a da recusa à sua proposta».

O parecer do sr. Jairo Farias foi aprovado pela Diretoria Executiva, em reunião realizada no dia 14 de novembro. De forma lacônica registra a ata de número 145, item 7: «Decisão: A Diretoria Executiva aprovou». Na Petrobrás, a Diretoria Executiva é composta por três Diretores e pelo Presidente.

A rejeição da proposta da Esso foi de todos os setores e escalões administrativos e técnicos da Petrobrás. A Frota Nacional de Petróleos — FRONAPE — apontou-lhe a inconveniência e as dificuldades resultantes da sua aceitação: como órgão encarregado do transporte de petróleo, não poderia «com seus navios próprios, e mesmo com os fretados que possui atualmente, efetuar os transportes de forma competitiva». De forma competitiva: significa isso que a FRONAPE não poderia trazer o petróleo árabe a preço favorável aos interesses da Petrobrás.

Esso Insiste

A Diretoria Executiva aprovou a exposição de motivos do diretor Jairo Farias no dia 14 de novembro. No mesmo dia 14 de novembro a Esso envia ao presidente Albino Silva uma carta, voltando a fazer proposta de venda de petróleo. Desta vez, a Esso reduzia o prazo de fornecimento de cinco para quatro anos, mas não esperava nenhum abaixamento do preço proposto. Essa carta da Esso foi respondida pelo presidente da Petrobrás, general Albino Silva, que no dia 13 enviou a carta da Esso por ele respondida, à consideração do ECOPE.

Tratava-se de uma nova proposta da Esso, que tornava sem efeito a primeira — que fora rejeitada. O ECOPE estudou-a e mandou ao diretor Jairo Farias a conclusão a que chegou: «A meu ver — dizia o parecer do chefe do ECOPE — os esclarecimentos prestados pela mencionada Companhia não melhoraram as condições iniciais propostas, as quais foram consideradas, por este Escritório, desvantajosas para a Empresa».

Então, o presidente — Albino Silva — formulou uma contraproposta à Esso, segundo a qual o contrato seria de dois anos, com reserva de mais um, de caráter opcional. Essa reserva teria de ser confirmada pela Petrobrás ao fim do primeiro ano de vigência do contrato.

Isso significa a redução do prazo (na primeira proposta, de cinco anos, de quatro na segunda) para três anos — portanto, ainda contra os interesses da Petrobrás, cuja política é a de contratos de um máximo de 18 meses de duração, e favorável apenas aos interesses da Esso.

A contraproposta com que o general Albino Silva respondeu à segunda proposta apresentada pela Esso foi aceita: Howard Auld, representante da Esso no Brasil, selou com um «de acordo» a proposta do presidente da Petrobrás.

Depoimento de Albino Foi Confissão

Como se tudo estivesse previamente combinado, menos de 48 horas após a deflagração da crise na Petrobrás, já uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o petróleo tinha convocado para depoimento os diretores da empresa estatal. O intuito evidente da Comissão, cuja direção e cuja maioria são manifestamente hostis ao monopólio estatal, é tirar proveito da crise, não para apurar e coadunar uma negociação entreguista, para desmoralizar a Petrobrás e os que, dentro da empresa, procuram imprimir-lhe uma orientação honesta e patriótica, defendendo os interesses nacionais.

O depoimento do general Albino Silva a essa CPI, feita segunda-feira última, no entanto, esteve longe de satisfazer as esperanças dos elementos reacionários que a compõem. O ex-presidente da Petrobrás, que falou durante mais de três horas, com seu direito à palavra fervorosamente defendido pelo presidente da CPI, deputado Antônio Carlos Magalhães, fez uma exposição perturbada, mal articulada, contraditória e muito mal fundamentada. O general, que em outras ocasiões, particularmente em programas de televisão, já se mostrou um hábil e sereno expositor, com rapidez de raciocínio e boa capacidade de coordenar e fundamentar seus argumentos, revelou-se em hora insegura, embaraçado e confuso.

Defesa e Ataque

O general Albino Silva, sempre ajudado por seu filho, tenente Pimpão da Silva, alçado por ele aos cargos acumulados de chefe de relações públicas e chefe do gabinete da Presidência da Petrobrás, procurou livrar-se das pesadas revelações

que pesam sobre ele conduzindo sua exposição em três direções. Primeiro, acusou os trabalhadores da Petrobrás de estarem influenciando sobre a direção da empresa, através de seus sindicatos, como se isso fosse coisa ruim e nociva. Segundo, procurou responsabilizar o diretor Jairo Farias por uma operação irregular de compra de petróleo na Venezuela. E, finalmente, procurou defender-se da denúncia de estar empenhado numa compra de petróleo à Esso, em termos extremamente ruidosos aos interesses da empresa e do País.

A medida que falava, entretanto, o próprio general já fornecia os argumentos para destruir sua argumentação. E o que se pode constatar, se o leitor se põe na posição de inquiridor da CPI e faz áquela militar algumas perguntas.

O general Albino, por exemplo, insistiu muito em caracterizar como caótica a situação interna na Petrobrás, em virtude da força e da influência dos sindicatos e seus dirigentes na empresa. Embora revelasse recelo de cair abertamente no anticomunismo, deixou claro que pretendia levantar o fantasma anticomunista para indispor o público com as organizações dos trabalhadores das empresas de petróleo. Ele mesmo, contudo, em diversas oportunidades, referiu-se aos dirigentes sindicais da Petrobrás em termos altamente elogiosos, e afirmou que uma de suas preocupações à frente da empresa foi a de manter bom contato com aqueles representantes dos trabalhadores. Como explicar, então, que ele termine sua gestão repudiado pelos sindicatos, senão porque era reacionário e negociista a orientação que ele quis impor à empresa, e não a influência dos trabalhadores nos assuntos da Petrobrás? Afinal, foram ou não os diretores de confiança dos sindicatos que impediram a consumação da negociação com a Esso?

Em outros momentos, o general afirmou que nunca tratara de petróleo ou entretivera de administração de empresa, em sua vida. Apesar disso, segundo ele, a Petrobrás marcou importantes passos de progressos

Enquanto isso, o ECOPE, que vinha procurando conhecer as condições de venda de outras empresas, recebia, no dia 18 de novembro, da British Petroleum uma proposta de fornecimento de petróleo, «Basrah Subair», do Iraque. O ECOPE depressa emitiu um parecer que mostrava que o preço do petróleo da British Petroleum era vantajoso, comparado ao da Esso, «permitindo diminuir os custos em dólares e cruzeiros, sem sacrifícios dos rendimentos».

O parecer do ECOPE foi entregue ao diretor Jairo Farias, que o remeteu, acompanhado de uma exposição de motivos, à Diretoria Executiva, no dia 19 de novembro, salientando: a flexibilidade do esquema de abastecimento contida na proposta da «British»; as vantagens de preço; vantagens de transporte; vantagens quanto à diversificação dos meios de pagamento; e ainda a adequação da proposta ao plano elaborado pela Comissão de Abastecimento da Petrobrás.

O diretor Jairo Farias submeteu ao julgamento da COBAST as duas propostas, a da Esso e a da British; a COBAST formou uma comissão para resolver, composta pelos titulares do ECOPE, da CONSEC, AREFI, FRONAPE e ATRAM. A comissão, em 15 de janeiro, optou pela oferta da «British Petroleum».

Aparece o Texaco

A 3 de janeiro, a Texaco, que fizera antes uma proposta de fornecimento de petróleo a preço muito elevado, apresenta também uma segunda proposta, agora de preço mais baixo do que o da Esso. Dia 21, a Esso torna a propor — e a impor uma condição à Petrobrás: a de aceitar um financiamento de 20 milhões de barris de petróleo árabe, Cst Rio, a 2,08 dólares por barril. A Comissão de abastecimento examinou a proposta da Esso —

mas do quadro de fornecedores da Petrobrás. Mas a acusação não é essa: acusam-no, sim, de procurar conceder à Esso, contra a opinião dos diretores e órgãos técnicos da empresa, uma situação de quase monopólio dos fornecimentos a Petrobrás, dado o vulto da operação, e de comprar petróleo acima do preço normal, nas condições atuais do mercado.

Segundo, quis o general envolver os diretores Hugo Regis e Alfredo Andrade no ato em que ele, sem autorização para fazê-lo, assinou uma carta de compromisso com a Esso. Usando fórmulas vagas e evasivas, o general Albino procurou criar a impressão, para a CPI, de que aqueles diretores haviam assistido e aprovado seu entendimento com o representante da Esso. Não foi, entretanto, o que ocorreu, na verdade, e a CPI, quando convocar esses diretores, poderá comprová-lo. Na realidade, o general quis manobrar com eles, chamando-os a ser gabinete para que endossassem, com sua presença, a conclusão da compra que ele sozinho havia negociado, mas ambos os diretores se retiraram imediatamente, ao saber do que se tratava.

O general Albino Silva, em dado momento, reconheceu que a principal atividade sua, na Petrobrás, foi trabalhar e aliar gente na empresa, de modo contratativo, para reunir as forças com as quais pretendia eliminar os diretores que gozavam da confiança dos trabalhadores e dessa forma impedir que tenha prosseguimento o processo de democratização e de enquadramento da empresa estatal em uma linha de trabalho honesto e patriótico. Seu depoimento à CPI provou que não será facilmente que a Petrobrás será de novo entregue aos negociatas e entreguistas. Seus técnicos e trabalhadores, exclusivamente interessados no bem da empresa e do País, têm força e organização suficiente para impedir o andamento de negociações, como essa que o general queria concluir com a Standard Oil, e para derrotar os reacionários e oportunistas que se aventuram em seu meio.

a terceira — e a considerou inferior à da Texaco e, portanto, inconveniente à Petrobrás. Claro: a proposta repetia os termos da contraproposta que, por carta de 22 de novembro e a que o sr. Howard Auld apusera o seu «de acordo», o general Albino Silva apresentara à Esso. A negociação de contrato — a aceitação da proposta — foi feita no dia do assassinato do presidente Kennedy, no gabinete do presidente da Petrobrás, entre ele e o representante da Esso. OFICIALMENTE a Petrobrás, a Diretoria da Petrobrás, não conhece o fato.

Despistamento

Então correu o seguinte: para possibilitar a concretização de negócio, a que se opunha a Diretoria, principalmente através de dois de seus integrantes — Jairo Farias e Hugo Regis — o general Albino Silva passou a pedir vista dos expedientes em que o ECOPE solicitava homologação de compras de petróleo, feitas em casos de emergência, atos com que pretendia significar estar suspenso a correção das compras. Suspeita que atingiria o sr. Jairo Farias.

Em expediente que enviou à Diretoria Executiva, a 14 de janeiro, o sr. Jairo Farias reagiu e pediu a constituição de uma comissão de investigação de todas as compras de petróleo e óleo combustível, feitas no período de junho de 1963 a janeiro de 1964, exato período de sua gestão de diretor da Petrobrás. Essa iniciativa do sr. Jairo Farias foi determinada pelo comportamento do general Albino e pelo fato de que o filho do general fizera algumas críticas às compras — de emergência — de petróleo.

No dia 17 de janeiro, em reunião do Conselho de Administração, o general Albino e seu filho, Pimpão da Silva, exprimiram dúvidas a respeito das compras chamadas spot, efetuadas pelo ECOPE, e tachou de incompetentes a FRONAPE, a APREFI e a Comissão de Abastecimento. Atacou os sindicatos de trabalhadores em petróleo, afirmando que tinha, como presidente da Petrobrás, entre outros objetivos, o de liquidar o que chamot de «corrupção sindical». E acusou o Diretor Jairo Farias de querer «levar os sindicatos para dentro da Petrobrás».

Crise

Dal em diante estava declarada a crise dentro da Petrobrás. Crise que os jornais reacionários aproveitaram para pretexto de uma campanha, mais uma, contra a empresa, modo indireto de atingir o monopólio estatal do petróleo. Essa campanha tem uma intensidade só igualada pelo silenciamento sistemático dos êxitos e benefícios da Petrobrás.

E preciso ressaltar que o que mais se evidencia na crise que a Petrobrás atravessa é o fato de que a negociação da compra de petróleo à Esso foi impedida — pela ação vigilante principalmente dos srs. Jairo José Farias e Hugo Regis. A consumação da negociação ia minimizar, de fato, os efeitos da lei que instituiu o monopólio, pela Petrobrás, da importação de petróleo — questão que é a causa primeira da crise eclodida dentro da Petrobrás.

Ninguém pode esquecer que os srs. Jairo Farias e Hugo Regis integravam a diretoria da Petrobrás na qualidade de representantes dos trabalhadores da empresa; a presença deles na diretoria da Petrobrás fora reivindicação expressa dos sindicatos, de todos os sindicatos de trabalhadores da Petrobrás, no momento da escolha do sucessor do sr. Francisco Mangabeira.

Representantes dos trabalhadores e pois dos interesses autênticos da Petrobrás, os dois diretores impediram uma negociação lesiva à Petrobrás e à economia brasileira.

A Poesia

A propósito da crise na Petrobrás, poeta baiano enviou-nos os versos a seguir:

Vejam só que assunto fino!
Petróleo vindo do Cairo.
Negociata do Albino.
Denúncia feita por Jairo.

Albino é mesmo batata.
Na Petrobrás fez a pista,
fazendo negociata
na área nacionalista.

Mas o Jairo que é ladino,
apurando mais a vista,
notou no caso do Albino
negociata entreguista.

NOVOS FUMOS